



POPULAÇÃO DE RUA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO:

**antigas práticas reeditadas
em tempo de refilantropização.**

**DAIANA RUFFONI DA FONSECA
DAIANA RUFFONI DA FONSECA**

POPULAÇÃO DE RUA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO:

**antigas práticas reeditadas
em tempo de refilantropização.**

**Trabalho de conclusão de curso de
Graduação, da Escola de Serviço Social
da Universidade Federal do Rio de Janeiro**

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mariléia Franco Marinho Inoue

**RIO DE JANEIRO
Novembro / 2006**

**Dedico este trabalho a todos os moradores
e moradoras de rua que atendi durante
dezoito meses enquanto estagiária de Serviço Social.
É por vocês que escrevo, mas também por mim.
Por suas angústias, suas dores, suas esperanças
e por minha indignação.**

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, **Alberto e Valeria** pelo alicerce que me proporcionaram, pela família unida, pelo esforço para me proporcionar a melhor educação possível, pela vida. Obrigada!

À minha irmã, **Bruna** pela amizade de sempre. Agora é com você, Psicóloga (ou Assistente Social, quem sabe?)!

Aos meus avós, **Dulce, Maguida e Paulo** por compreenderem a minha constante ausência. É um orgulho vê-los felizes com minha formatura.

Aos meus padrinhos, **Sandra e Nezinho**, aos tios, **Paulo, Marcelo, Eduardo e Edu**, às tias **Estela, Valéria, Beth e Clara** e aos primos e primas, que de perto ou de longe me apoiaram para chegar ao final da graduação.

À **Grande Família Calleia** que me adotou com todo o carinho. Juma, Rosival, Taíssa, Miriam, Sandô, Fabinho, Flávia, Lê... Adoro vocês!

À pequena, mas grandiosa **Família Lima**, a qual tanto estimo. Marcelo, Carla, Thiago, Théo e Thalles, estaremos sempre juntos!

À minha *amígola*-irmã-companheira-confidente, **Camila**, por todas as noites de interminável conversa, pela acolhida em seu aconchegante apartamento, pelos conselhos e por todos os bons momentos que passamos juntas ao longo desses quatro anos. Amiga, você é única!

Às amigas que fizeram parte dessa trajetória, **Dani Horta, Dani Cardoso, Nadjara Lu e Marcella**. Agradeço também às colegas e aos colegas de todas as turmas que fiz parte... Sintam-se todos e todas carinhosamente abraçados.

Às professoras da ESS que contribuíram diretamente para a minha formação: **Gabriela, Sara Graneman, Mavi, Alejandra, Mariléia Porfírio e Fátima Grave**.

Às minhas supervisoras de campo, **Miralda e Sônia**.

À minha orientadora **Mariléia Inoue**, meu agradecimento e minhas desculpas por minha ausência física. Ninguém mais toparia iniciar e finalizar a orientação de um TCC em seis meses. O importante é que fizemos da melhor forma possível!

Tarcio, a você um agradecimento especial, pelo amor indubitável, pelo companheirismo, pelo apoio para superar todos os percalços, pelas infindáveis horas ao meu lado no decorrer da elaboração deste trabalho e por sua compreensão... Nada do que eu diga será capaz de traduzir o tamanho do meu amor e da minha gratidão.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso trata do tema população de rua e de duas formas de enfrentamento da problemática em instituições tradicionais cariocas, que reeditam as práticas de outrora.

Para chegarmos aos dias contemporâneos estabelecemos um percurso histórico, com a pontuação de momentos relevantes para o entendimento e com a elucidação de conceitos fundamentais para a compreensão da complexidade da temática. Nesta trajetória destacamos as ações de enfrentamento à pobreza ao longo dos séculos, a relevância da experiência inglesa, com a criação das *Workhouses*, ou casas de trabalho, a Igreja Católica com seu assistencialismo no Brasil e no mundo, a colonização e o desenvolvimento industrial de nosso país sob os ditames capitalistas e mais recentemente neoliberais.

Buscamos esclarecer questões que perpassam a forma de vida dos moradores de rua, suas trajetórias e suas sucessivas desvinculações.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1. CONSIDERAÇÕES PARA A COMPREENSÃO DO <i>LOCUS</i> DA POPULAÇÃO DE RUA	8
1.1. A pobreza como marca moral e a ‘solução’ das <i>Workhouses</i>	8
1.2. A evolução da Questão Social e a ‘solução’ da Igreja.....	10
1.3. Modos de produção e políticas sociais no século XX.....	16
1.4. <i>Pobreza, desigualdade social e exclusão</i>	21
2. DESIGUALDADES E ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL E NO RIO DE JANEIRO	23
2.1. Os lugares de trabalho destinados aos negros.....	23
2.2. A ‘assistência’ dos cangaceiros e coronéis.....	25
2.3. República, desenvolvimento e industrialização.....	26
2.4. Transferência do centro do poder e ditadura militar.....	29
2.5. Redemocratização e acumulação flexível.....	31
2.6. FHC: enfrentamento à pobreza sob a égide neoliberal.....	33
2.7. Purgatório da beleza e do caos: a desigualdade carioca.....	36
3. POPULAÇÃO DE RUA MASCULINA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: AS ANTIGAS PRÁTICAS REEDITADAS	41
3.1. Trajetórias que levam à rua.....	41
3.2. A população de rua por ela mesma e frente à sociedade.....	45
3.3. Propostas de enfrentamento no âmbito dos abrigos.....	48
3.3.1. O Banco da Providência e a Comunidade de Emaús.....	51
3.3.1.1. A <i>Workhouse</i> reformulada na contemporaneidade.....	54
3.3.2. A Fundação Leão XIII.....	56
CONCLUSÃO	61

INTRODUÇÃO

O interesse em discutir a temática da população de rua no meu trabalho de conclusão de curso surgiu a partir de minhas inquietações com a condição de vida precária destas pessoas e com as propostas ineficientes de enfrentamento do problema, que buscam apagar um passado de desvinculações sucessivas para, como em um passe de mágica, alçar o indivíduo à categoria de ‘cidadão’.

Destacamos ser de extrema relevância para a profissão o trato desta questão por convergir em um único contingente os diferentes assuntos estudados cotidianamente pelos Assistentes Sociais. Porém, apesar de sua importância, essa discussão não é prioritária, o que consideramos um reflexo da invisibilidade do morador de rua para a grande parte sociedade e da academia. Poucas são as produções do Serviço Social sobre essa parcela da população, precisando os que desejam se aprofundar neste universo recorrer às ciências sociais e por vezes à medicina.

Diante de um universo tão amplo, optamos pela abordagem focada prioritariamente na população de rua adulta masculina, maior numericamente e com características peculiares relacionadas à identidade varonil.

Adotamos como procedimentos metodológicos: a pesquisa e análise bibliográfica e a realização de entrevistas com Assistentes Sociais contratadas do CTPR. Utilizamos também pesquisa feita a partir dos dados contidos nas fichas dos usuários do mesmo local, realizada pela equipe de estagiárias com o objetivo de definir o perfil dos usuários atendidos, além de observações empíricas.

No primeiro capítulo procuramos apreender algumas categorias consideradas fundamentais para a compreensão da temática, explicitar as mudanças nos modos de produção e as formas como essas mudanças repercutem na condição de vida da classe trabalhadora. Tratamos da experiência inglesa de enfrentamento da pobreza, compreendida como marca moral e das ‘soluções’ propostas pelas *Workhouses*, ou, casas de trabalho e pela Igreja Católica, através da *Rerum Novarum*, encíclica do Papa Leão XIII, que fomentava a subserviência dos trabalhadores aos capitalistas.

Finalizamos o capítulo com a diferenciação dos termos *pobreza*, *desigualdade social* e *exclusão*, que permearão todo o trabalho.

No segundo capítulo percorremos a história brasileira pontuando fatos relevantes para a análise da situação da população de rua na cidade do Rio de Janeiro. Merecem destaque: o período escravocrata e posteriormente a formação do mercado de trabalho livre, que continuou renegando os negros à condição de não-cidadãos; a assistência oferecida no Nordeste pelos coronéis, baseada no clientelismo e no favor; o desenvolvimento industrial e urbano do país; o período da ditadura militar, marcado pelo ‘milagre econômico’ às custas da repressão; a redemocratização e o início da acumulação flexível; e a forma de enfrentamento à pobreza proposta por Fernando Henrique Cardoso sob os ditames do neoliberalismo, que nos faz retroagir à filantropia ao pautar suas ações na caridade, no voluntariado e na ajuda mútua. Encerramos este capítulo com dados sobre o município que nos permitem mensurar a desigualdade social.

O terceiro e último capítulo possibilita o conhecimento sobre a população de rua masculina. Quem são, como chegaram às ruas, como (sobre)vivem, como são vistos e como se vêem são questionamentos que buscamos elucidar. Neste capítulo sistematizamos as experiências vividas ao longo dos dezoito meses de inserção como estagiária na temática e as formas de enfrentamento propostas por duas tradicionais instituições de abrigo: a Comunidade de Emáus e o Centro de Triagem à População de Rua. Descrevemos suas propostas, comparando-as às remotas práticas de assistencialismo.

Longe da pretensão de esgotarmos o tema, admitimos a possível existência de lacunas, inclusive pela complexidade do assunto, que pretendemos que sejam preenchidas em uma outra oportunidade, na melhor das hipóteses, por discentes que se interessem pelo tema e contribuam com a disseminação desta discussão.

Desconfiai do mais trivial,
na aparência do singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente:
não aceiteis o que é de hábito como coisa natural,
pois em tempo de desordem sangrenta,
de confusão organizada, de arbitrariedade consciente,
de humanidade desumanizada,
nada deve parecer natural,
nada deve parecer impossível de mudar.
(BRECHT, s/d)

CAPÍTULO 1

CONSIDERAÇÕES PARA A COMPREENSÃO DO LOCUS DA POPULAÇÃO DE RUA

A Revolução Industrial em curso na Inglaterra a partir do século XVIII provocou, dentre outras mudanças, uma profunda alteração nos meios de produção, conduzindo-os da manufatura artesanal para a produção industrial em larga escala e consolidando o capitalismo no velho continente. Condição inegável para o crescimento capitalista foi a migração da população que vivia no campo para as cidades nos séculos que antecederam o processo da Revolução. Migração essa que, provocada principalmente pelos *enclosures*, foi o passo inicial para o inchaço da camada marginalizada e subempregada da Inglaterra e para o surgimento da pauperização absoluta, que segundo NETTO, “*constituiu o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial*” (NETTO, 1995, p. 153).

1.1 – A POBREZA COMO MARCA MORAL E A ‘SOLUÇÃO’ DAS WORKHOUSES

Enquanto país majoritariamente camponês observava-se na Inglaterra do século XIV, ainda na época feudal, a existência de grandes propriedades, das quais os camponeses possuíam pequenos lotes, cedidos pelos proprietários e transferidos hereditariamente, para cultivo visando à subsistência individual e da comunidade local. Ainda que possuindo os seus lotes, era permitido aos camponeses utilizarem as terras do senhor feudal para a criação de gado ou para a caça. Não existiam cercas, sendo esse sistema conhecido como “campos abertos”. A economia local era mantida principalmente pelo cultivo agrícola e pela extração da lã de carneiros, posteriormente vendida para produção têxtil. Com o aumento nas vendas da lã e dos gêneros agrícolas, e a necessidade de ampliação do espaço, os camponeses iniciaram no século XV um processo de

cercamento de suas terras, que ficou conhecido como *enclosure*. Durante os *enclosures*, vários camponeses foram expulsos de seus lotes, que foram incorporados ao espaço utilizado pelos proprietários. Sem condições de sobrevivência e com a esperança de dias melhores na cidade, teve início o grande ciclo de migração para os centros urbanos. Diante da inexistência de possibilidades de controle e do crescente desemprego que se alastrava, o Rei Henrique VIII promulgou em 1536 a *Poor Law*, ou Lei dos Pobres, que decretava a obrigatoriedade do trabalho àqueles que para ele tivessem condições e, os que não as tivessem, deveriam ser assistidos por suas paróquias, fosse na cessão de víveres ou na ajuda para inserção no mercado de trabalho. O conceito de pobre utilizado na nomenclatura da lei não era muito bem definido, servindo para designar todos aqueles que não deveriam viver no ócio.

O trabalho tinha um caráter moral e só através dele poderia se adquirir dignidade. A ociosidade era considerada a origem da pobreza. Reservavam-se hostilidade, medidas repressivas e violentas aos considerados vagabundos, como forma de puni-los e também de amedrontar os que desejassem participar desse grupo, que segundo a lógica vigente, assim se encontrava por desejo e não por falta de oportunidades. A miséria seria culpa dos pobres e, portanto, tratada como delito.

O período do reinado de Elizabeth I (1558/1603) foi marcado por grande desenvolvimento econômico, com o fomento às navegações, às manufaturas, à agricultura e ao comércio. Foi também nesse período que houve a reforma da Lei dos Pobres, em 1601. Tanto a Lei dos Pobres, quanto a sua reforma, são entendidas como instrumentos para a criação de condições propícias ao mercado de trabalho capitalista, baseando-se no trabalho obrigatório.

Uma das estratégias para forçar a população a trabalhar foi a criação das chamadas *workhouses*, ou casas de trabalho. Nessas construções, em geral bastante grandes, ficariam confinados homens, mulheres, crianças ou idosos, desde que tivessem condições de trabalho. Essas pessoas eram recolhidas nas ruas e ao chegarem nas *workhouses* passavam por um processo de higienização para limpá-los das imoralidades das ruas. O local era pouco atrativo, com instalações precárias, que não ofereciam conforto, apenas as condições mais básicas para a subsistência. Caberia às *workhouses* fornecer moradia, alimentação e, principalmente, formação para o trabalho. O objetivo principal seria transformar os então vagabundos em trabalhadores, introduzir (ou reintroduzir) seres não moralizados na sociedade do trabalho e para isso era preciso educá-los para serem servis e fiéis aos ditames dos capitalistas.

[...] as casas de trabalho (workhouses) deviam ser lugares, pouco atraentes para que seus ocupantes procurassem sair de lá o mais rápido possível. Não deviam se sentir confortados em suas instalações, [...] de forma a atuarem como estímulo a busca de emprego. (BRESCIANI, 1986, p. 44)

No ano de 1795 foi aprovada a Speenhanland, lei que criava um sistema de abonos. Baseava-se no direito de viver, onde caso o salário não fosse suficiente o trabalhador receberia um abono para complementação. Receberiam ajuda inclusive os que estivessem fora das *workhouses* ou hospitais sem trabalhar. Claramente essa lei se contrapunha à criação do capitalismo, pois o abono poderia provocar uma desistência da busca por trabalho.

Em 1825 surgem os primeiros sindicatos de trabalhadores ingleses, que reivindicam melhores condições de trabalho. Em 1834, ciente dos prejuízos ao capital, o Estado inglês põe fim aos abonos, voltando à assistência interna, ou seja, apenas aos que estão reclusos.

1.2 – A EVOLUÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL E A ‘SOLUÇÃO’ DA IGREJA

No decorrer do século XIX, o trabalho feminino e infantil passou a ser igualado ao dos homens, já que não seria necessária a força bruta para operação das máquinas. Crianças eram vistas como responsáveis por parte da renda familiar e trabalhavam de 12 a 18 horas, com seriíssimas conseqüências na saúde, no crescimento e na educação, já que ficavam impossibilitadas de freqüentar a escola. Em 1861 uma ampla investigação médica detectou altos índices de mortalidade infantil, provocados pela fome, pelo abandono e até por envenenamento, já que as mães por não terem como sustentar os filhos pequenos, ainda inaptos ao trabalho, ou não ter com quem deixá-los preferiam matá-los. MARX tratou dessa problemática no primeiro volume d’O Capital:

[...] a primeira preocupação do capitalista ao empregar a maquinaria, foi a de utilizar o trabalho das mulheres e das crianças. Assim, de poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores, a maquinaria transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e idade, sob o domínio direto do capital. O trabalho obrigatório para o capital tomou o lugar dos folgedos infantis e do trabalho livre realizado, em casa, para a própria família, dentro dos limites estabelecidos pelos costumes. (MARX, 1987, p. 449-450)

Os problemas gerados pelo capital industrial começaram a se tornar mais visíveis e carentes de uma solução. Os surtos de benevolência tornaram-se mais comuns e também se investiu na educação das crianças criando Escolas de Principiantes, onde os pequenos poderiam estudar durante apenas uma parte do dia, para continuar se dedicando ao trabalho na outra. A educação passou a ser condição para o emprego, que era apoiado inclusive por professores que diziam que a labuta não interferiria no desenvolvimento educacional. Além de educar e promover a higiene, caberia à escola formar bons trabalhadores e ensinar os bons costumes, evitando assim a disseminação de idéias e costumes pervertidos.

Em 1844, ENGELS relata como era a cidade:

Um lugar chocante, um diabólico emaranhado de cortiços que abrigam coisas humanas arrepiantes, onde homens e mulheres imundos vivem de dois tostões de aguardente, onde colarinhos e camisas limpas são decências desconhecidas, onde todo cidadão carrega no próprio corpo as marcas da violência e onde jamais alguém penteia seus cabelos. (ENGELS In: BRESCIANI, 1982, p. 26)

Neste momento da história já se utilizava a expressão Questão Social para designar o “fenômeno do pauperismo” e a crescente desigualdade:

Com efeito, se não era inédita a **desigualdade** entre as várias camadas sociais, se vinha de muito longe a **polarização** entre ricos e pobres, se era antiquíssima a **diferente** apropriação e fruição dos bens sociais, era **radicalmente nova** a dinâmica da pobreza que então se generalizava.

Pela primeira vez na história registrada, **a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas**. Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não terem acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida de que se dispunham anteriormente.[...] O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “**Questão Social**” – **diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “Questão Social”**; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são **indissociáveis** da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A “questão social” é **constitutiva** do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo¹. (NETTO, 1995, p. 153-157)

A composição do capital, esse se divide em “*capital constante*”, que seriam os meios de produção e “*capital variável*”, que seria a força de trabalho. Gradativamente, o “*capital variável*” vai sendo substituído pelo “*capital constante*”, aumentando o desemprego. Os avanços no processo de produção permitiam produzir mais em escala menor de tempo, reduzindo o tempo de trabalho socialmente necessário e ampliando o tempo de trabalho excedente, ou, a mais-valia².

Acresce-se a isso o interesse dos empresários capitalistas em extrair uma maior quantidade de trabalho de uma parcela menor de trabalhadores – via ampliação da jornada de trabalho e intensificação do trabalho [...]. Isso faz com que o trabalho excedente dos segmentos ocupados condene à ociosidade socialmente forçada amplos contingentes de trabalhadores aptos ao trabalho e impedidos de trabalhar, mais além dos incapacitados para a atividade produtiva³. (IAMAMOTO, 2001, p. 14-15)

Considerando o trabalhador como a origem do valor, através do dispêndio da força de trabalho, MARX (1987) afirma que o empobrecimento da classe trabalhadora é uma tendência na sociedade capitalista. Mais ainda, a existência de uma população excedente de trabalhadores, a qual o autor classificaria de “*Superpopulação Relativa*” ou “*Exército Industrial de Reserva*” é condição imprescindível para a acumulação e o desenvolvimento do capitalismo.

[...] a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua. [...] A população trabalhadora excedente constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira

¹ Grifos originais do autor.

² Uma explicação bastante didática sobre o tema pode ser encontrada no livro de SANDRONI, Paulo. O que é Mais-Valia? Brasiliense, São Paulo: 1982.66

³ Grifos originais da autora.

tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população [...] grandes massas humanas tem de estar disponíveis para serem lançadas nos pontos decisivos sem prejudicar a escala e a produção nos outros ramos. A superpopulação fornece-as. (MARX, 1987, p. 732-734)

IAMAMOTO aponta que a “*Superpopulação Relativa*” seria constituída não pelos “*inúteis para o mundo*”, mas pelos “***supérfluos para o capital, acirrando a concorrência entre os trabalhadores – a oferta e procura***”, com evidente interferência na regulação dos salários” (IAMAMOTO, 2001, p. 15). Não havendo espaço no mercado de trabalho para todos, aos que estão empregados resta cumprir as suas funções, se sujeitar aos baixos salários e às precárias condições de trabalho, já que do lado de fora das fábricas um enorme conglomerado de pessoas sem emprego espera por uma oportunidade.

No exército industrial de reserva estão presentes três contingentes fundamentais dessa Superpopulação: o flutuante, o latente e o estagnado.

a) Os “que são despedidos tornam-se elementos da superpopulação flutuante que aumenta ao crescer a indústria. Parte deles emigra e na realidade apenas segue o capital em sua emigração” b) O fluxo constante de trabalhadores “para as cidades pressupõe uma população superflua sempre latente, cuja dimensão só se torna visível quando, em situações excepcionais se abrem todas as comportas dos canais de drenagem. Por isso, o trabalhador rural é rebaixado ao nível mínimo de salário e está sempre com um pé no pântano do pauperismo. c) “Finalmente, o mais profundo sedimento da superpopulação relativa vegeta no inferno da indigência, do pauperismo [...], em suma essa camada social consiste de três categorias. Primeiro os aptos para o trabalho [...] seu número aumenta em todas as crises e diminui quando os negócios reanimam. Segundo, os órfãos e filhos de indigentes. [...] Terceiro, os degradados, desmoralizados, incapazes de trabalhar. [...] O pauperismo constitui o asilo dos inválidos do exército industrial de reserva [...]” (MARX, 1987, p. 746 in INOUE, 1990, p. 20-21)

Para os objetivos deste trabalho, daremos maior ênfase na parcela estagnada do Exército Industrial de Reserva por constituírem a parcela que MARX classificaria de “lumpemproletariado”, pois comporiam o Exército Industrial de Reserva, em sua forma mais austera e estigmatizada.

O lumpem pode ser caracterizado com o a última franja da classe trabalhadora, ‘os superfluos dos superfluos’, indivíduos que estão não somente à margem, mas fora da dinâmica econômica, porque não têm valor de troca como força de trabalho. População desnecessária e superflua do ponto de vista da valorização do capital, pois perdeu a condição de existência (como trabalhador), a venda da força de trabalho. A categoria de lumpem teria, portanto, três principais características: integrar a camada pauperizada; adotar comportamentos criminosos e sociais que entram em choque com as próprias leis da burguesia e configurar um ‘lixo humano’ impossível de ser erradicado, existindo em qualquer sociedade e em qualquer período histórico. (ESCOREL, 1999, p. 210)

⁴ Grifos originais da autora.

Segundo Goffman (1988), o termo *estigma* surgiu na Grécia e servia para se referir aos sinais corporais que evidenciavam algo depreciativo na moral de um indivíduo, algo estranho frente à dita “normalidade”. O sujeito portador de um estigma passa a ser percebido apenas pela sua marca, não importando seu caráter, suas potencialidades individuais. Torna-se desacreditado e desacreditável, já que nem ele e nem as outras pessoas acreditam em uma possível mudança; são vistos como transgressores da ordem social; sua identidade e sua dignidade se perdem. Na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, o retrato do estigmatizado era o componente do lúmpem.

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo até, de uma espécie menos desejável – num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. [...] Construimos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social. (GOFFMAN, 1988, p. 12-15)

Diante de um quadro tão desfavorável para a classe trabalhadora, aumentam os descontentamentos, que culminam com a formação da Associação Internacional dos Trabalhadores, em 1864. A adoção da jornada de trabalho de oito horas diárias era um dos principais objetivos da Associação, liderada por Karl Marx.

A iminente ‘ameaça do socialismo’ e o descontentamento dos trabalhadores assustavam a Igreja Católica, que em 1891 publicou a *Rerum Novarum*, encíclica papal sobre a situação dos operários, com princípios que deveriam ser seguidos por todos. O Papa Leão XIII, autor da carta, apontava a Igreja como fundamental para o enfrentamento da ‘Questão Social’ e defendia as diferenças de classes como naturais e necessárias, incitando os operários a submeterem-se aos ditames dos capitalistas.

É com toda a confiança que Nós abordamos este assunto, e em toda a plenitude de Nosso direito; porque a questão de que se trata é de tal natureza, que, a não se apelar para a religião e para a Igreja, é impossível encontrar-lhe uma solução eficaz. [...] Mas, o que nós afirmamos sem hesitação, é a inanidade da sua ação fora da Igreja. É a Igreja, efetivamente, que haure no Evangelho doutrinas capazes ou de pôr termo ao conflito ou ao menos de o suavizar, expurgando-o de tudo o que ele tenha de severo e áspero. (LEÃO XIII, 1891, § 10)

Uma das máximas de São Thomaz de Aquino, um dos expoentes da filosofia que embasa a *Rerum Novarum*, era a harmonia social, e, portanto não era possível, dentro de seu pensamento

utilizar o conceito de luta de classes, apregoado por Marx e Engels. Assim sendo, a Igreja católica não poderia aceitar um pensamento que lhe era estranho, fundado na concretude da relação capitalista, onde não há como se dar a uma classe sem tirar de outra.

O primeiro princípio é que o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível. É, sem dúvida, isto o que desejam os socialistas; mas contra a natureza, todos os esforços são vãos. Foi ela, realmente, que estabeleceu entre os homens diferenças tão múltiplas como profundas; diferenças de inteligência, de talento, de habilidade, de saúde, de força; diferenças necessárias, de onde nasce espontaneamente a desigualdade das condições. [...] as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio. Elas têm imperiosa necessidade uma da outra: não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital. (LEÃO XIII, 1891, § 11)

Uma vez que a sociedade perfeita é um universo paralelo e platônico, os argumentos da Igreja católica não se encontravam na base material da sociedade e sim na metafísica, para onde se resolveria a questão social, entendida como as mazelas criadas pelo capitalismo. Inclusive, a Igreja ordena a hierarquia, a subserviência e o adiantamento da força-de-trabalho ao capital, sem protestos e mesmo sem esperança de mudar a própria história que o homem recebe ao nascer, que segundo o pensamento marxista deve questionar para transformar. Ao católico, se torna um dever guardar uma ordem, supostamente natural de alguns terem muito e dominarem sobre os outros, que naturalmente são destinados a apenas possuírem sua força de trabalho.

Entre estes deveres, eis aqueles que dizem respeito ao pobre e ao operário: deve fornecer integralmente e fielmente todo o trabalho a que se comprometeu por contrato livre e conforme a equidade; não deve lesar o seu patrão, nem nos seus bens, nem na sua pessoa; as suas reivindicações devem ser isentas de violências, e nunca revestirem a forma de sedições; deve fugir dos homens perversos que, nos seus discursos artificiosos, lhes sugerem esperanças exageradas e lhes fazem grandes promessas, as quais só conduzem a estéreis pesares e à ruína das fortunas. (LEÃO XIII, 1891, § 12)

A ‘solução’ encontrada pela Igreja para as mazelas do capitalismo nada mais era do que o fomento à subordinação do trabalhador. Em contrapartida, o patrão deveria lhe pagar o salário que convém⁵ e não lhe tratar como escravo. O direito à propriedade privada seria mantido visando o bem-estar do trabalhador, que se desejasse poderia reduzir suas despesas e fazer algumas economias para a aquisição da tal propriedade. Esqueceu-se o Papa de ressaltar que com o mísero salário que recebia, dificilmente o proletariado conseguiria sobreviver e muito menos adquirir qualquer bem.

1.3 – MODOS DE PRODUÇÃO E POLÍTICAS SOCIAIS NO SÉCULO XX

⁵ Não explicita a que necessidades esse salário deveria atender, deixando sob o julgo de cada capitalista pagar não o que convém ao trabalhador, mas o que convém aos seus interesses.

A passagem do século XIX para o século XX foi balizada de perto pelos estudos do engenheiro Frederick Taylor sobre o trabalho dos operários, que deram origem a importantes mudanças no processo produtivo. Taylor constatou que os operários trabalhavam em condições precárias, recebiam baixos salários e desperdiçavam tempo com movimentos desnecessários, que prejudicavam a produtividade.

Conhecida como 'Organização Científica do Trabalho', a proposta do Taylorismo baseava-se em quatro princípios: planejamento, preparação dos trabalhadores, controle e execução. Objetivava primordialmente aumentar a produtividade utilizando estratégias relativamente simples como: aumento salarial, premiações por produtividade, otimização do horário de trabalho, melhoria nas condições de trabalho, treinamentos para os operários, supervisão e, o principal, a padronização das ações. Cada etapa do processo era milimetricamente pensada para não haver desperdícios nem de tempo e nem de matéria-prima. Os trabalhadores seriam controlados por supervisores, que garantiriam que as tarefas seriam executadas com os movimentos previamente determinados e o mais rápido possível. O trabalhador seria 'adestrado' para trabalhar incessantemente de acordo com o ritmo imposto pela máquina.

No ano de 1913, Henry Ford, proprietário da Indústria Automobilística Ford, nos Estados Unidos da América, adaptou os princípios de Taylor à sua proposta de produção em série através de linhas de montagem, baseada nos princípios da intensificação, da produtividade e da economicidade. Eram necessárias grandes instalações, pois as fábricas abarcavam todas as etapas, que previam a colocação das esteiras onde os operários realizariam suas tarefas seqüencialmente, passo a passo. Nesse modelo era clara a divisão entre o trabalho manual e o intelectual. Aos trabalhadores de 'chão de fábrica' estavam reservadas as tarefas que valorizavam a capacidade física e a especialização. A cada um caberia uma minúscula parte do processo, de forma que o trabalhador se alienava da totalidade da produção.

Entre os principais ícones dessa modernidade estava a fábrica fordista, que reduzia as atividades humanas a movimentos simples, rotineiros e predeterminados, destinados a serem obediente e mecanicamente seguidos, sem envolver as faculdades mentais e excluindo toda espontaneidade e iniciativa individual. (Bauman, 2001, p. 33-34)

Ainda sob a ótica das ações voltadas para o trabalhador, Ford instituiu o 'Five Dollars Day', através do qual cada funcionário receberia o dobro do valor pago normalmente pelo seu dia, passando de U\$ 2,50 para U\$ 5,00. Ao oferecer um salário acima da média, Ford esperava 'prender o operário', diminuindo a rotatividade no seu quadro de pessoal. Com mais tempo de serviço, os funcionários estariam mais aptos, desenvolvendo mais rapidamente as suas funções e assim, produzindo mais e diminuindo o custo com treinamentos de novos empregados.

Obviamente, a produção em massa pressupunha consumo em massa. E assim foi em um primeiro momento o modelo taylorista-fordista, que tinha na Europa um grande mercado de consumo da produção norte-americana. Fascinados com a riqueza produzida alguns empresários passaram a investir seus lucros não mais nas fábricas, mas no mercado de ações.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, a Europa que foi fortemente atingida economicamente começava a se reerguer e a modernizar o seu processo produtivo, aderindo à medidas protecionistas para reduzir as importações americanas. O constante aumento no volume de mercadorias, tanto industriais quanto agrícolas, não encontrava espaço de consumo. A superprodução e o aumento no capital especulativo foram os detonadores da crise de 1929, marcada pela 'quebra' da Bolsa de Valores de Nova Iorque. De um dia para o outro, quatorze milhões de americanos ficaram desempregados, bancos foram à falência e milhares de empresas encerraram suas atividades. No período entre 1929 e 1932, a capacidade industrial americana foi reduzida em 54%, reduzindo o comércio internacional para cerca de um terço do que era antes do 'crack'. A crise afetou não só os Estados Unidos, mas diversos países que exportavam para o mercado americano. No caso do Brasil, milhares de sacas de café foram queimadas em uma tentativa, sem sucesso, de aumentar os preços.

Para superar o difícil momento econômico, o presidente americano Franklin Roosevelt, que iniciou seu mandato em 1933, implantou um conjunto de medidas que ficou conhecido com 'New Deal', baseadas nas propostas de John Keynes, que primavam pelo pleno emprego dos trabalhadores e pela redistribuição dos lucros para que o poder aquisitivo da classe trabalhadora aumentasse junto com o desenvolvimento dos meios de produção. Assim, o capital se metamorfoseava para continuar existindo. Estavam rompidos os laços com o liberalismo econômico e a partir deste momento o Estado interviria, tornando-se um empresário, um agente do desenvolvimento da economia. Embora não atingisse o total sucesso, medidas como a realização de obras públicas para gerar empregos, concessões de empréstimos, controle dos preços, fixação de salários-mínimos e criação de salários-desemprego, conseguiram controlar relativamente a crise.

Coube ao Estado viabilizar salários indiretos por meio das políticas sociais públicas, operando uma rede de serviços sociais, que permitisse liberar parte da renda monetária da população para o consumo de massa e conseqüente dinamização da produção econômica. [...] Esse padrão de desenvolvimento possibilitou o avanço de certas conquistas no campo do bem-estar social, especialmente nos países de primeiro mundo, por meio do conhecido Welfare State. (IAMAMOTO, 2006, p. 30)

No período posterior à Segunda Guerra Mundial o modelo taylorista-fordista chegou ao seu ápice, no que seriam os '30 anos gloriosos', marcados por amplo desenvolvimento da economia capitalista, aumento nos gastos sociais públicos e melhora na qualidade de vida da classe trabalhadora.

Na década 70, na busca pelo aumento do lucro, o modelo do Welfare State passa a ser culpabilizado pelo aumento da inflação e pela estagnação da economia. Um discurso ideológico por parte dos neoliberais⁶ defende o fim do modelo afirmando que este estaria em crise, mas o discurso tenta ocultar a face que lhes preocupa: consideravam que o Welfare State limitava dos lucros do capital. A proposta que apresentam é a de um Estado forte, com poder de destruir sindicatos, conter

⁶ Será considerada neoliberal toda ação estatal que contribua para o desmonte das políticas de incentivo à independência econômica nacional, de promoção do bem-estar-social (Welfare State), de instauração de pleno emprego (Keynesianismo) e de mediação dos conflitos sócioeconômicos. (SAES, 2001, p. 82)

os gastos, sendo tímido na intervenção no social e utilizando instrumentos como a repressão, as mudanças na legislação e o discurso ideológico para se sedimentar frente à população. O modo de produção taylorista-fordista, baseado na produção em massa foi substituído pelo modelo toyotista, que finca suas bases na produção e acumulação flexíveis.

Nascido no Japão após a Segunda Guerra Mundial, o toyotismo se desenvolve na década de 80 sob a égide da globalização do capitalismo e visa o aumento da produção de poucas quantidades e variados modelos. Os funcionários são multifuncionalizados, sabendo desenvolver diferentes tarefas no processo produtivo. Há primazia pela qualidade e pelo giro rápido de mercadorias, necessitando de menos espaço para o armazenamento. Essa forma de produção foi denominada como *'just in time'*, caracterizando-se pela análise das necessidades específicas para atendimento direcionado a elas (ANTUNES, 1996).

No toyotismo o trabalho em grupos é incentivado, como forma de incitar os trabalhadores a se motivarem e, principalmente, se sentirem excluídos do grupo caso não realizem suas tarefas no tempo pré-determinado. Tempo, aliás, que vai diminuindo gradativamente, pressionando os trabalhadores a aumentarem a produção. Consequência clara desta diminuição do tempo é o menor número de funcionários necessários para a realização da mesma quantidade de mercadorias. Nesta lógica perversa, a automação também contribui para o aumento do desemprego, pois as atividades desempenhadas pela máquina atingem um grão de perfeccionismo e detalhamento que a força de trabalho humana já não é primordial em todo o processo (ANTUNES, 1996).

A organização das empresas no modelo toyotista obedece a um padrão horizontal, que favorece a terceirização, por sua vez, o ponto de partida para a redução de custos através da subcontratação, da fragmentação das relações trabalhistas e do agravamento das condições sociais dos trabalhadores. Na mudança do modo de produção em massa para o modo de produção flexível, aumenta o desemprego, a inserção informal no mercado de trabalho e expandem-se os empregos no setor de serviços. Esse quadro torna-se mais trágico quando se percebe que o desemprego torna-se estrutural, ou seja, os postos de trabalho que deixam de existir não serão recuperados, independentemente de avanços econômicos (ANTUNES, 1996).

HARVEY (1994) ao tratar desse momento faz considerações pertinentes:

por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY, 1994, p. 140)

No trecho abaixo, ANTUNES (1996) enfatiza o processo de trabalho e o trabalhador:

É então um processo de organização do trabalho fundado numa resposta imediata à demanda, numa organização flexível do trabalho, numa produção integrada e que supõe necessariamente o envolvimento do trabalho, acarretando o estranhamento do trabalhador, sua "alienação" do trabalho,

que se torna menos despótico e mais manipulatório. [...] o trabalhador torna-se vigia de si próprio [...] ele não se avilta com o chicote, ele se avilta no plano do ideário, a empresa é a sua empresa, a produtividade é a produtividade da sua empresa [...]. O mundo produtivo do capital transformou aquele operário coletivo, aquele operário-massa, aquele operário de fábricas concentradas e atingiu a sua forma de ser. (ANTUNES, 1996, p. 80-81)

WACQUANT (2001), completa:

[...] a eliminação de milhares de trabalhos de pouca qualificação sob a pressão combinada da automação, [...] a degradação e a dispersão de condições básicas de emprego, a remuneração e o seguro social de todos, à exceção dos trabalhadores assalariados mais protegidos [...] alimentam o processo de polarização a partir de baixo. (WACQUANT, 2001, p. 188)

Com o desmonte do sistema de proteção social, o Estado passa a ser mínimo para o social e máximo para o capital, agravando a situação das camadas menos abastadas. Aumenta a demanda por benefícios, mas diminuem-se drasticamente os serviços públicos oferecidos. Neste momento, as políticas sociais passam a ser orientadas por três princípios: o da privatização, o da descentralização e o da focalização. A privatização é elemento fundamental e central no projeto neoliberal, buscando reduzir o Estado no seu tamanho e nas suas funções, levando a uma mercadorização dos serviços sociais. Os que tiverem condições financeiras de pagar pelos serviços básicos como saúde e educação irão migrar para o mercado e enquanto isso outra parte da população será atendida em serviços defasados e de péssima qualidade. A descentralização é, na prática, a transferência de responsabilidades do governo federal para as esferas locais (estados e municípios), sem o repasse de recursos ou repasse insuficiente destes. Transferem-se os problemas, mas não as soluções para a resolução. Os governos locais, por sua vez, irão transferir boa parte de suas responsabilidades para sociedade civil, através do voluntariado, do discurso da solidariedade e das obrigações da família e da comunidade para com os seus. É a refilantropização da Questão Social. Na focalização, o Estado destina suas ações aos comprovadamente necessitados, criando critérios de elegibilidade que irão incluir nos programas apenas os indivíduos abaixo da linha da pobreza⁷.

Os problemas da população serão tratados como individuais e não sociais, caracterizando-os como desvios pessoais de cada um. Sendo assim, a solução dos desvios deverá ser encontrada no âmbito privado, sem a cooperação estatal.

1.4 – POBREZA, DESIGUALDADE SOCIAL E EXCLUSÃO

⁷ Referência utilizada: indivíduos que sobrevivem com menos de um dólar ao dia.

Consideramos pertinente finalizar este capítulo explicitando algumas importantes diferenciações⁸ sobre *pobreza*, *desigualdade social* e *exclusão*, por se tratarem de conceitos que permeiam a sociedade e a vida do morador de rua e que por vezes são tratados de forma distorcida.

Entendemos por *pobreza*, a inexistência de recursos que permitam uma vida digna⁹. São *pobres* os despossuídos de condições mínimas para atendimento de suas necessidades básicas.

Desigualdade social reporta-se à diferente distribuição das riquezas socialmente produzidas, polarizando para mais ou para menos, as apropriações dos membros de dada sociedade.

A partir dessa distinção entre os dois termos, conclui-se que é possível a existência de uma sociedade socialmente desigual sem que seus membros sejam obrigatoriamente *pobres*, ou ainda, a existência da *pobreza* em tal escala de grandeza que não se configure a *desigualdade social*.

Já o termo *exclusão*, um dos mais contestados e discutidos, encontra em NASCIMENTO (1994) três diferentes acepções, todas partindo de uma definição básica dada pelo autor:

O conceito de exclusão social está mais próximo, como oposição, ao de coesão social, ou, como sinal de ruptura do vínculo social. Por similitude, encontra-se próximo, também, do conceito de estigma e mesmo, embora menos, do de desvio. Neste caso, entre outras, a diferença reside no fato de que o excluído não necessita cometer nenhum ato de transgressão, como o desviante. A condição de excluído é-lhe imputada do exterior, sem que para tal tenha contribuído direta ou mesmo indiretamente (NASCIMENTO, 1994, p. 30)

A primeira acepção do termo *exclusão* baseia-se no não-reconhecimento do outro, na rejeição, na intolerância, na dificuldade de reconhecer no outro os direitos que lhe são próprios, repercutindo no rompimento de vínculos comunitários e na coesão social fragmentada. O autor compara essa acepção à idéia de discriminação, seja ela racial, sexual, religiosa ou de classes, afirmando que toda discriminação seria uma forma de *exclusão social*.

Na segunda acepção destacam-se os grupos não integrados ao mundo do trabalho, excluídos de direitos, que por vezes produzem a não-inserção social. Mais uma vez surge o caráter moral do trabalho, onde a sociedade repudia os desempregados.

⁸ Baseadas em NASCIMENTO (1994). Reconhecemos, portanto, a existência de diversos outros teóricos que já trataram destes temas, mas encontramos em NASCIMENTO uma perspectiva que melhor atendeu às nossas ambições no que tange a confecção deste trabalho. Dessa forma, reconhecemos credibilidade em outras definições, como as de MARTINS (2002).

⁹ Ressaltamos que as definições de vida digna e das necessidades básicas dos indivíduos variam social e temporalmente.

Na terceira e última acepção surge a “nova exclusão”, que o autor credita à recusa ao espaço para a obtenção de direitos. Refere-se aos expulsos da órbita da humanidade por serem completamente desnecessários ao sistema, são os descartados do mundo. O autor cita como exemplo parte da população do continente africano. Cotidianamente neste continente doenças se alastram, a miséria se multiplica, guerra civil matam milhares de inocentes, mas para o mundo capitalista esta temática não é prioritária, por se tratarem de pessoas consideradas sem importância para a manutenção do sistema: mão-de-obra descartável e inexistência de consumo.

*A gente não quer só comida,
A gente quer comida, diversão e arte.
A gente não quer só comida,
A gente quer saída para qualquer parte.
A gente não quer só comida,
A gente quer bebida, diversão, balé.
A gente não quer só comida,
A gente quer a vida como a vida quer.*
(TITÃS, s/d)

CAPÍTULO 2

DESIGUALDADES E ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL E NO RIO DE JANEIRO

Ao tratarmos das desigualdades e do enfrentamento da Questão Social no Brasil e no Rio de Janeiro, pontuaremos momentos históricos relevantes desde o início da colonização brasileira até a refilantropização do governo Fernando Henrique Cardoso.

2.1 – OS LUGARES DE TRABALHO DESTINADOS AOS NEGROS

Foi no processo da colonização brasileira, com o início do tráfico negreiro que começou a história de submissão e precariedade de vida da população negra¹⁰. A exploração indígena, e mais tarde a escravidão dos negros, balizaram o desenvolvimento da nação, determinando desde o descobrimento, os espaços de trabalho destinados aos ‘menos afortunados’. A produção da cana-de-açúcar requeria pessoas que se dedicassem ao trabalho braçal e inicialmente foi utilizada a mão-de-obra indígena, que por diversas razões posteriormente foi substituída pelos negros oriundos do continente africano. Uma barreira cultural impedia os índios de se adaptarem ao trabalho das plantações, já que as mulheres indígenas é que se responsabilizavam por este trabalho nas aldeias. Sem vislumbrar a possibilidade de amigavelmente deixarem de prestar serviços aos senhores, muitos índios fugiam e devido à baixa imunidade indígena, doenças eram transmitidas pelos colonizadores e infestavam tribos inteiras. Como a Igreja e a Coroa Portuguesa se opunham à escravização dos

¹⁰ Não pretendemos aqui adentrar na discussão racial, mas consideramos pertinente essa lembrança por ser o período escravocrata o marco inicial da desigualdade de tratamento entre as raças no Brasil, com claras definições das ocupações que caberiam aos negros e aos brancos.

índios¹¹, mas não à dos africanos, foi deste enorme continente que surgiu a mão-de-obra que faria o Brasil se tornar referência mundial na produção de cana-de-açúcar. Os negros, que inicialmente foram utilizados nas lavouras de exportação, posteriormente, foram levados também para o trabalho nas fazendas de gado e para as cidades, onde realizavam o transporte de pessoas e mercadorias do comércio e serviam aos brancos como seus empregados no lar. Contudo, não se submeteram sem resistir a essa condição. Os suicídios, os abortos que evitavam a reprodução nas senzalas, as revoltas, os assassinatos de feitores, capitães-do-mato e proprietários, o sincretismo da umbanda e do candomblé e a beleza mortal da capoeira associam-se ao símbolo de resistência à escravidão que representaram os Quilombos¹². Rejeitando a cruel forma de vida, os negros buscavam a liberdade e uma vida com dignidade, resgatando a cultura e a forma de viver que deixaram na África.

São sobejamente conhecidos os horrores a que foram submetidos os negros durante todo o período da escravidão¹³. O importante é, desde já observarmos, que a trajetória de vida dessa população será fortemente marcada ao longo dos anos pela relação homem branco x homem negro que se estabeleceu no passado. Relação essa de indiferença, repúdio e discriminação, mesmo após a (oficial) abolição da escravatura e, porque não afirmar, até os dias atuais.

O processo abolicionista, bondoso aos olhos menos atentos, atendia a interesses econômicos evidentes. Na condição de escravos, sem o recebimento de salários, não tinham os negros, possibilidades de participar da vida comercial do país. O governo inglês, interessado em expandir o seu mercado de consumo, pressionava o império a promover a abolição e incentivar o trabalho assalariado. Sendo assim, em 1888, foi promulgada a Lei Áurea, marco jurídico do fim da escravidão. Livres para vender a sua força de trabalho, mas sem quem as comprasse, muitos continuaram vivendo nas fazendas e se submetendo à escravidão e outros tantos foram postos para fora e relegados à condição de sem-teto. Analfabetos, sem dinheiro e sem apoio governamental, mais de um século depois entendemos a origem da precarização das condições de vida dos negros. Durante a formação do trabalho livre no Brasil os imigrantes foram privilegiados, porque tinham experiência na indústria, onde estavam os principais postos de trabalho recém-criados no solo urbano. Na expansão e diversificação da agricultura foram os japoneses que assumiram as plantações de maior produção e dimensão e os negros continuavam renegados à condição de não-cidadãos.

A pobreza, dos que ficavam à margem dos ganhos econômicos e sociais brasileiros era tratada como problema individual, de enfrentamento privado e filantrópico, associado à Igreja Católica ou a grupos de caridade.

¹¹ COTRIM (2002) afirma que a escravização dos indígenas chegou inclusive a ser proibida em determinados locais do Brasil. Mas, segundo o autor, tamanha proteção nascia dos interesses financeiros no tráfico negroiro, que gerava lucros para a metrópole.

¹² Quilombo, no idioma bantu, significa “povoação”. Na prática, porém, os Quilombos significaram não só um núcleo habitacional e comercial, mas também um local de forte resistência à escravidão, onde refugiavam-se negros que haviam fugido de fazendas escravagistas.

¹³ Para aprofundamento dessa questão, consultar SCHWARTZ (1988).

2.2 – A ‘ASSISTÊNCIA’ DOS CANGACEIROS E CORONÉIS

Entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, o Cangaço, movimento social do interior do Nordeste brasileiro, caracteriza-se pela ação violenta de grupos armados de sertanejos – os cangaceiros – e pelos confrontos com o poder dos coronéis, da polícia, dos governos estadual e federal.

Apesar do banditismo espalhado pelo sertão afora e do temor levado aos mais pobres dos vilarejos, o cangaço virou lenda no Nordeste e em todo o país. Nele, ao lado da atividade criminosa, manifestava-se forte reação social aos poderosos, coronéis e autoridades em geral, responsáveis pela pobreza e pelo abandono das comunidades sertanejas.

O fenômeno do cangaço é resultado da colonização violenta e do isolamento cultural do sertão, região semi-árida que corresponde a 49% do território nordestino. Os homens que colonizaram o sertão, terra ignota até metade do século passado, foram os rudes soldados que derrotaram o poderoso exército holandês da época, negros vindos das minas do sul e bandeirantes paulistas que mal falavam o português. Ao chegar, defrontaram-se com os índios tapuias, que, ao contrário dos mansos tupis do litoral, eram bravos e sanguinários. O choque desses dois grupos só poderia gerar uma raça habituada ao cheiro de sangue. (ASSUNÇÃO, 1998)

Nesse período, o sertão brasileiro, mais particularmente o interior do Nordeste, passava por uma crise social sem precedentes. O sertanejo se sentia abandonado pelas autoridades, isolado da civilização, e sofria com uma infra-estrutura que beneficiava os grandes proprietários das fazendas, os coronéis, que se tornaram os donos do sertão. Eram eles que controlavam a vida social, ultrapassando os limites de suas propriedades e definindo vencedores de eleições, cargos, empregos e favores na cidade, mantendo os trabalhadores sob suas batutas mediante concessão de auxílios como empréstimos financeiros, educação e saúde. Surgia nesse contexto a expressão *clientelismo*, que “na época era a prática de premiar com favores públicos o grupo de pessoas que demonstrava fidelidade política aos coronéis” (COTRIM, 2002, p. 459). Diante desse quadro, é compreensível que o homem rude, não fazendo parte do grupo dos protegidos dos coronéis, optasse pelo cangaço para fugir da prepotência dos policiais. O cangaço foi, num certo sentido, um levante contra o absolutismo dos coronéis e filho da miséria que reinava numa estrutura latifundiária obsoleta e injusta.

Os cangaceiros foram imediatamente classificados pelas autoridades e pela elite sertaneja de bandidos. Na realidade, eles estavam fora da lei porque não se enquadravam dentro das regras vigentes na região: obediência total aos grandes proprietários.

2.3 – REPÚBLICA, DESENVOLVIMENTO E INDUSTRIALIZAÇÃO

Com a recente República Federativa do Brasil tendo sua capital na cidade do Rio de Janeiro, que já fora também capital do Império, a consolidação urbana desordenada e a incipiente industrialização do início do século XX despertaram o desejo e a necessidade de modernização.

Todos os dias mais pessoas chegavam à capital em busca de emprego, principalmente ex-escravos e imigrantes e concentravam-se no Centro, próximo ao porto e às oportunidades de aproveitamento da mão-de-obra. Com a aglomeração, piorava o caos habitacional e proliferavam-se doenças como a febre amarela e a varíola.

A estratégia utilizada pelas autoridades para sanear os diversos transtornos se baseou na promoção da reforma urbana. Entre 1902 e 1906, o então prefeito da capital, Pereira Passos, organizou e comandou ações da reforma que consistiram fundamentalmente no saneamento, embelezamento e segregação sócio-territorial da cidade. Os cortiços da região central foram substituídos por largas avenidas e prédios vistosos, como o Theatro Municipal e a Biblioteca Nacional. O trecho abaixo, extraído da Biblioteca Virtual de Oswaldo Cruz¹⁴, resume os impactos da reforma na vida dos moradores e o conseqüente surgimento das favelas.

[...] a reforma promoveu uma intensa valorização do solo urbano da área central, atingindo como um cataclisma a população de baixa renda que ali se concentrava. Cerca de 1.600 velhos prédios residenciais foram demolidos. Parte considerável da imensa massa atingida pela remodelação permaneceria no centro, em suas franjas e fendas deterioradas, pois, apesar do rápido crescimento da zona norte e dos subúrbios, essas áreas não constituíam alternativa de moradia para os que sobreviviam de biscates ou recebiam diárias irrisórias. [...] Nesse contexto afluíram na paisagem do Rio, ao lado das tradicionais habitações coletivas que se disseminaram nas áreas adjacentes ao centro, uma nova modalidade de habitação popular: a favela. (<http://www.prossiga.br/oswaldocruz>)

No ano de 1923 um importante marco foi a criação da Lei Elóis Chaves, prenúncio do atual sistema de previdência, com Caixas de Aposentadorias e Pensões dos Ferroviários (CAP), de caráter privado e sob responsabilidade dos empregados. Organizadas segundo as categorias de trabalhadores, as CAP's foram substituídas posteriormente pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAP's), cuja administração passou a ser feita pelo Estado e não mais dos empregados. Em comum, ambos se destinam à capitalização de recursos para a industrialização¹⁵ e possuíam caráter não-universalista, abrangendo apenas os trabalhadores com carteira assinada.

Enquanto no mundo a Revolução Industrial já havia provocado profundas modificações na produção, na década de 30 o Brasil caminhava para o desenvolvimento. O modelo agro-exportador, baseado no capital cafeeiro que havia se firmado, aos poucos compartilhava espaço com a indústria. A crise de 1929 nos Estados Unidos, já tratada no capítulo anterior, foi fundamental nessa transição, pois prejudicou a importação dos meios de produção utilizados pelos capitalistas nacionais, pressionando a industrialização.

Ao assumir o poder, em 1930, Vargas intervém e organiza a economia, para a expansão do capitalismo no Brasil, fortalecendo a classe média e o sentimento regionalista das classes

¹⁴ Diretor Geral da Saúde Pública da Capital e responsável pela vertente sanitária da reforma urbana.

¹⁵ Que posteriormente seriam revertidos para a industrialização do país e para o financiamento da habitação.

dominantes. Ao longo dos seus 15 anos de governo, Getúlio Vargas tomou para si a responsabilidade de industrializar o país¹⁶, acionando mecanismos ideológicos de valorização do trabalho. As classes trabalhadoras seriam valorizadas e em contrapartida, quem não trabalhasse seria tratado como 'vagabundo' e objeto de intervenção policial. Estabeleciam-se direitos sociais visando apenas os trabalhadores formais, minoria num país fortemente agrário. Apenas eram considerados formais os trabalhadores cujos sindicatos fossem regularizados junto ao Ministério do Trabalho. Corporativista¹⁷, o governo de Getúlio Vargas estimulava a criação de sindicatos como forma de aproximar os trabalhadores do Estado, controlando as relações trabalhistas, ou seja, regulando a cidadania. Exemplos que podemos citar são os direitos trabalhistas como férias remuneradas, jornada de trabalho diária de oito horas, descanso semanal e salário mínimo e as políticas públicas de acesso à saúde e à habitação, que utilizavam recursos dos já citados fundos de pensão das categorias para a construção de hospitais e moradias aos trabalhadores.

Durante o primeiro governo Vargas, a Igreja Católica foi chamada para ajudar a lidar com a Questão Social, uma vez que era quem detinha essa experiência. Junto com o movimento de recristianização da sociedade, apregoado pela Rerum Novarum, lança as figuras de visitadoras domiciliares, arregimentadas entre as classes mais abastadas. Nas *senhoras de caridade*, encontra-se o ícone para inculcar nas classes trabalhadoras o que seria um trabalhador desejável aos olhos dos moralistas, zeladores da moral e dos bons costumes (IAMAMOTO, 1985).

Em 1942, a primeira-dama do Brasil, Darcy Vargas fundou a Legião Brasileira de Assistência, que inicialmente era voltada para o atendimento aos familiares dos soldados enviados à Segunda Guerra Mundial. Finda a Guerra, a Instituição voltou-se para a população mais pauperizada, sendo a base da Assistência até 1995, com atuação baseada em ações clientelistas e focalizadas.

2.4 – TRANSFERÊNCIA DO CENTRO DO PODER E DITADURA MILITAR

Sob a presidência de Juscelino Kubitschek, foi inaugurada no ano de 1960, Brasília, nova sede do Governo Federal, constituindo uma nova centralidade do poder e uma relação de conflito da antiga com a nova capital. O Rio perde em privilégios e investimentos econômicos, sendo renegado à condição quase exclusiva de ponto turístico, enquanto São Paulo é impulsionada ao crescimento econômico e estrutural. Na direção do seu objetivo de governo, de promover 50 anos de desenvolvimento em 5, Juscelino 'abre o país' ao capital estrangeiro, incentivando a instalação de transnacionais através da realização de obras de infra-estrutura, como rodovias e hidrelétricas. A vertente modernizadora de Juscelino, porém, provocou aumento da inflação, penalizou a classe trabalhadora que não tinha direito a aumentos para contenção de despesas e causou um gigantesco endividamento aos cofres públicos, já que suas obras foram realizadas com recursos de empréstimos internacionais que só aumentariam a dívida externa.

¹⁶ Para incentivar o desenvolvimento industrial Vargas optou por investimento do dinheiro público nas indústrias de base, que forneceriam a matéria-prima e os meios-de-produção para as empresas capitalistas. Exponentes dessa lógica são as Companhias Vale do Rio Doce e Siderúrgica Nacional.

¹⁷ O Corporativismo se distancia do clientelismo por sua formalização em leis, códigos e regulamentos – que até hoje sobrevivem (PORFÍRIO, FILHO e BACKX, 2000, p. 16).

O golpe militar do dia 1º de abril de 1964 é o marco inicial do ingresso do Brasil na idade dos monopólios. O grande capital que migrava da Europa para a América do Sul e, especialmente para o Brasil, tinha encontrado no modelo de Welfare State europeu um entrave ao seu crescimento nas proporções desejáveis e precisava expandir-se para outras localidades. Quando de sua chegada, as indústrias depararam-se com a gestão de uma crise econômica e com aspirações democráticas que vinham sendo construídas há mais de uma década. Como forma de vencer a crise econômica, o capital apoiou o golpe e a ditadura, um período abalizado por forte planejamento econômico, favorecendo a acumulação de capital, assim como por um profundo controle popular através de violência estatal, levando a extração de inimagináveis taxas de mais-valia, que propiciaram o milagre econômico. Certamente a tomada do poder pelos militares resolveu a questão econômica, pois sob o arbítrio da ditadura não haveria limites para a extração da mais-valia e com a proibição de reuniões e a censura cultural restava o trabalho. Com as indústrias de base já postas, as forças produtivas alcançaram um patamar mais elevado de desenvolvimento e as relações de produção se estendem para todas as relações sociais do país, dando início ao período monopolista do capital no Brasil. O campo que não operava sob os traços do capitalismo passa a fazê-lo e a operar como empresa, pautado pelo modo de produção capitalista.

As políticas sociais eram vistas como desdobramentos dos interesses e intervenções econômicas. Um exemplo claro dessa serventia das políticas ao Estado foi a construção de casas populares em bairros afastados no Rio de Janeiro durante o mandato do Governador Carlos Lacerda, iniciado antes da Ditadura, em 1961. Destinadas aos moradores removidos de favelas da Zona Sul carioca, a construção das casas por um lado movimentava a indústria da construção civil e por outro promovia uma limpeza nos pontos nobres, escondendo os ‘pobres’ longe dos olhos dos mais abastados. Ainda na década de 60 foram criadas a Cidade de Deus e a Vila Kennedy, expoentes desta política. Quanto às formas de remoção, estas foram diversas, incluindo incêndios suspeitos e truculência policial. Surgiam também denúncias de conivência da Secretária de Serviços Sociais do Estado da Guanabara, Sandra Cavalcanti, defensora da desfavelização, com os incêndios e com a prática de afogamento de mendigos no Rio da Guarda¹⁸.

O Presidente Castelo Branco durante o seu governo criou o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), *“utilizado na tentativa de obter apoio popular na busca de legitimidade [...] Seu pressuposto era que a expansão do setor econômico, associada à estabilidade política daria a solução para o setor social”* (PORFÍRIO, FILHO e BACKX, 2000, p. 18).

Através do PAEG foi implementado o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), que provocou uma explosão imobiliária nas cidades brasileiras. A partir do SFH teve início um processo de verticalização das moradias promovida pela construção dos edifícios de apartamentos. Erroneamente, o incentivo à compra foi restrito às classes média e alta, deixando de lado parte dos empobrecidos e imigrantes que não tiveram acesso à moradia. Foi também durante o PAEG que unificou-se a Previdência, dando origem ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Em função do arrocho salarial, os salários já não eram suficientes para cobrir o custo de vida da população e o poder aquisitivo das massas foi deteriorado (PORFÍRIO, FILHO e BACKX, 2000).

¹⁸ Afirmções obtidas no site www.favelatemminoria.com.br

Na sucessão dos Planos que marcaram a ditadura militar, com a mesma diretriz econômica, depois do PAEG veio o PED (Programa Estratégico de Desenvolvimento), que fomentava o ensino técnico, útil para formação de mão-de-obra qualificada para as indústrias capitalistas. Os Planos da ditadura sempre priorizavam o desenvolvimento monopolista do capital e exacerbavam a concentração da renda nas mãos dos mais ricos. Alguns benefícios foram conquistados pela classe trabalhadora, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e o PIS/PASEP, porém o poder aquisitivo não acompanhava o aumento nas possibilidades de consumo trazidas pela industrialização.

2.5 – REDEMOCRATIZAÇÃO E ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

A partir do governo de João Figueiredo¹⁹, o último do regime militar, o Brasil viveu um momento de redemocratização, com um surto de demandas democráticas e populares. Houve uma significativa organização de diferentes movimentos que lutavam pela democracia, suprimida durante 21 anos pelos ditames militaristas. O movimento sindical, reprimido duramente pela ditadura voltou à cena e os trabalhadores do campo iniciaram também a sua organização. O movimento pelas eleições diretas para a presidência da república repercutiu por todo o território nacional, com gigantescos comícios suprapartidários que chegaram a reunir mais de um milhão de pessoas, como foram os casos dos comícios da Candelária, no Rio de Janeiro e do Vale do Anhangabaú, em São Paulo. No entanto seu êxito não foi completo, pois o primeiro presidente após a ditadura foi eleito indiretamente, em votação no Congresso Nacional. Tancredo Neves foi internado na véspera de sua posse e, após seu falecimento, assumiu o vice-presidente José Sarney, indicado por militares.

Durante o governo de Sarney uma nova Constituição começou a ser pensada. Em 1988 a nova Constituição Federal foi a coroação das lutas dos movimentos sociais. Tida como progressista, a nova Carta Magna, objetivava criar um estado democrático de direitos. Regia o respeito aos direitos e às garantias individuais (educação, liberdade de expressão e de voto), legalizava atividades sindicais e partidárias, estabelecia eleições diretas para todos os níveis, aceitando a possibilidade de voto de analfabetos e estabelecendo voto facultativo para pessoas entre 16 anos completos e 18 incompletos e maiores de 70 anos, além de garantir a soberania nacional e estimular a cidadania. Em seu Título VIII instituía a construção do ‘tripé’ da Seguridade Social, composto por Saúde, Previdência e Assistência Social.

Ainda abrangendo as conformações legais da época, em 13 de julho de 1990 foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente e em 07 de dezembro de 1993 entrava em vigor no Brasil a Lei Orgânica da Assistência Social, LOAS, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, pela primeira vez tratada como política pública. Diferentemente da saúde, que possui caráter universal, e da previdência, com caráter contributivo, a Assistência Social é declaradamente não-contributiva e direcionada aos indivíduos que dela necessitam, objetivando prover os seus mínimos sociais *“através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”* (LOAS, 1993, Art. 1º).

¹⁹ De 1979 a 1985.

Segundo a LOAS, compete aos Municípios prestar assistência de cunho emergencial e também realizar ações incessantes para a melhoria contínua da qualidade de vida da população. Já aos Estados, cabe atender as demandas emergenciais em conjunto com o Município e realizar ações assistenciais quando houver ausência dos serviços municipais.

A Lei Orgânica da Assistência Social rege a concessão de um Benefício de Prestação Continuada (BPC) de um salário mínimo, aos idosos com mais de 70 anos e aos portadores de deficiência, incapacitados para atividades laborativas, que comprovem não ter condições de prover seu sustento por si só ou através de sua família²⁰.

A cobertura do BPC é bastante restrita, pressupondo a situação irreversível de seu beneficiário, de que este não terá mais condições de suprir suas necessidades. Nesta lógica não há lugar para situações transitórias, por isso não engloba dentre os seus beneficiários os desempregados²¹, trabalhadores com vínculo empregatício frágil, sem quaisquer direitos trabalhistas, contingente que sofreu um aumento significativo nos últimos quinze anos do século XX e que perfaz a maioria da mão-de-obra ativa no Brasil.

O Toyotismo, modelo de acumulação flexível, nascido no Japão e que se estendeu pela Europa, chegou ao Brasil trazendo consigo novas mudanças na produção, fragmentação da classe trabalhadora, precarização das condições de trabalho e agravamento na implantação do neoliberalismo, com consequências desastrosas para a classe trabalhadora.

Assim como em etapas anteriores do desenvolvimento industrial, radicais mudanças tecnológicas envolveram uma ampla expulsão da população trabalhadora de seus postos de trabalho. [...] Na sociedade brasileira esse quadro assume conotações particulares e mais graves, visto que ao desemprego, resultante das novas tecnologias, soma-se o persistente desemprego, estrutural, as relações de trabalho presididas pela violência [...]. (IAMAMOTO, 2006, p. 33)

²⁰ “Considera-se incapaz de prover a manutenção de pessoa portadora de deficiência ou idosa a a família cuja renda mensal per capita seja inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo” (LOAS, 1993, Art. 20º §3). “Entende-se por família a unidade mononuclear, vivendo sob o mesmo teto, cuja economia é mantida pela contribuição de seus integrantes”. (LOAS, 1993, Art. 20º §1).

²¹ O Seguro-desemprego tem duração máxima de 05 meses e beneficia apenas os trabalhadores com carteira assinada, incluindo muito recentemente os empregados domésticos, dispensados sem justa causa, o trabalhador com contrato de trabalho suspenso em virtude de participação em curso de qualificação profissional, oferecido pelo empregador, os pescadores artesanais durante o período de defeso (proibição da pesca para procriação das espécies) e o trabalhador resgatado do regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo.

2.6 – FHC: ENFRENTAMENTO À POBREZA SOB A ÉGIDE NEOLIBERAL

A partir do cenário do neoliberalismo no Brasil, cabe referenciar as formas de enfrentamento propostas pelos governos federais às mazelas que se instauravam no país, reportando-nos mais especificamente a Fernando Henrique Cardoso²².

FHC, eleito em 1994, assumiu seu posto em 1995 e durante os seus oito anos de mandato²³ foi exímio na colocação em prática dos ditames do Consenso de Washington²⁴.

[...] a orientação macroeconômica favoreceu escandalosamente a oligarquia financeira (privilegiadamente situada no sistema bancário, cada vez mais vinculados aos grupos transnacionais) [...], fez crescer exponencialmente a dívida pública interna, escancarou o mercado interno a uma concorrência lesiva à indústria nacional (arruinando o pequeno e o médio empresariado), leiloou a preço de banana o patrimônio estatal e promoveu o sucateamento dos serviços públicos voltados para o atendimento de massa da população. (NETTO in LESBAUPIN, 1999, p. 80)

No âmbito das políticas sociais, o primeiro governo FHC provoca “uma intencional sabotagem” e o segundo se desdobra no “estrangulamento na alocação de recursos”. Os dados relativos aos investimentos nas diferentes áreas sociais: educação, saúde, trabalho, assistência e previdência e em todas as áreas os investimentos governamentais diminuíram ao longo de seu mandato inicial (NETTO, in LESBAUPIN, 1999).

Reduzindo os investimentos estatais, eram necessárias estratégias para que a população continuasse sendo atendida nas suas necessidades mais elementares sem que isso onerasse demasiadamente os cofres públicos e uma eficiente estratégia foi a transferência de responsabilidades estatais para a sociedade civil. O Estado não seria mais o único protagonista no atendimento às mazelas da população, papel que deveria ser dividido com a própria sociedade.

Sob essa ótica foi apresentado o Projeto Comunidade Solidária pautado na parceria entre Estado e sociedade civil, que participaria do combate à pobreza. No aspecto das políticas sociais a sociedade também estaria presente sob a forma de Organizações Não-Governamentais (ONG's) ou ainda de suas células mais simples como a família e a comunidade. A Igreja Católica mais uma vez se faz presente abrindo seu leque de opções de atendimento com ações que vão desde a já conhecida arrecadação de donativos para as ‘famílias carentes’ até serviços mais concretos em setores como saúde, educação e assistência. Mas não foi só uma parcela da sociedade que aderiu ao projeto neoliberal de redução do Estado. As empresas, através da responsabilidade social, iniciaram um novo ciclo de investimento de seus capitais, que se configurou como excelente forma de

²² No presente trabalho, não aprofundaremos a discussão sobre o mandato de Luís Inácio Lula da Silva por infelizmente precisarmos admitir que seu governo promove uma continuidade das práticas do Presidente que lhe antecedeu, não sendo relevante repeti-las.

²³ 1º Mandato – 1995 / 1998; 2º Mandato (Reeleito) – 1999 / 2002.

²⁴ Receituário neoliberal para enfrentamento da crise econômica do final dos anos 80, com regras a serem seguidas pelos governantes dos países latino-americanos. Previa o enxugamento dos gastos públicos, eliminação de barreiras alfandegárias, abertura dos países ao capital estrangeiro, dentre outras medidas.

retorno financeiro, abrangendo questões não só sociais, mas também ecológicas. YAZBEK (2000) referencia esse período fazendo desdobramentos do chamado Terceiro Setor²⁵, incluindo a filantropia empresarial dentre as atividades estimuladas por FHC e citando o enorme contingente voluntário no país, que segundo a autora alcança a impressionante marca de 12 milhões de pessoas.

Para o avanço da proposta da solidariedade era fundamental convencer a todos de sua importância, momento no qual o discurso ideológico neoliberal se faz presente, servindo para despolitizar a população, convencendo-a de sua 'obrigação' para com o próximo.

É inegável que o avanço do ideário da “sociedade solidária” vem se colocando como alternativa face à limitada ação social do Estado no neoliberalismo . [...] O reconhecimento dos direitos sociais e de sua universalidade é substituído nesta ótica pelo dever moral de atender à pobreza.” (YAZBEK, 2000, p. 17)

A forma de atuação do Governo foi decisiva para solapar o setor público, mesmo onde é imprescindível a intervenção estatal:

No que restaria de público-estatal no âmbito da assistência, o projeto de FHC reduz o protagonismo do Estado a uma espécie de pronto-socorro social, donde um enfrentamento à questão social caracterizado pelo focalismo das ações e seu caráter intermitente, derivado da natureza de uma intervenção basicamente emergencial [...]. (NETTO in LESBAUPIN, 1999, p. 80)

A mercantilização também é citada por Netto, que enfatiza sua priorização nos setores da saúde e da previdência. Com a criação de alternativas ao setor público no mercado, beneficia-se os que podem pagar pelos serviços e desonera-se o Estado de prestá-los em maior escala, produzindo a gradativa piora na qualidade dos serviços públicos, inclusive como maneira de fomentar a opção pelo mercado.

Na Assistência os programas de enfrentamento à pobreza criados durante a era FHC baseavam-se na manutenção da subsistência dos indivíduos, com o mínimo necessário para o alívio da pobreza. Para se manter sob as orientações (ou ordens) dos organismos multilaterais mundiais de gastar o mínimo com o Social, os programas deveriam ser destinados especificamente à camada dos mais pobres dentre os mais pobres. Nessa lógica surgem propostas como: Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Bolsa-Renda, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e outros que acompanham o mesmo raciocínio de transferir renda. Observação importante se refere à descentralização ministerial dos programas, que apenas para exemplificar, pertencem: o Bolsa-Escola ao Ministério da Educação, o Bolsa-Alimentação ao Ministério da Saúde e o PETI ao (extinto) Ministério da Previdência e Assistência Social.

Cabe referenciar que os restritos critérios de elegibilidade dos programas sociais sob a égide do neoliberalismo impõe aos solicitantes a comprovação de sua miséria, em um processo de seleção constrangedor e, porque não afirmar, excludente, já que face à imensa massa de pobres e miseráveis a disponibilidade de benefícios é ínfima.

²⁵ O Primeiro Setor é o Estado e o Segundo Setor é o Mercado.

Os dois governos nos provam que o Brasil é um exemplo mundial de desigualdade social e de renda. Em 1999 os 10% mais ricos da população apropriavam-se de 47,4% da renda enquanto aos 50% mais pobres restavam 12,6%, percentual abaixo do apropriado pelo 1% mais rico do país, 13,3%. Ainda em 1999, 53 milhões de pessoas podiam ser classificadas como pobres e 22 milhões como indigentes (LESBAUPIN, 2002).

Mesmo tendo direcionando as políticas de enfrentamento à pobreza apenas para os mais pauperizados, o governo não conseguiu atingir uma parcela peculiar da população: os moradores de rua. Inexistente para as estatísticas, invisível para a sociedade e inelegível para qualquer programa social, o morador de rua não consegue sair de sua situação justamente por não existirem programas específicos de enfrentamento a essa questão, complexa por englobar desvinculações múltiplas, como trataremos no próximo capítulo.

No governo que sucedeu FHC, Luís Inácio Lula da Silva, deu continuidade às práticas de fortalecimento do capital baseadas na refilantropização, definindo como prioridade de seu mandato o combate à fome. Foi instituído o Programa Fome Zero, marcado pelo objetivo de manter seus beneficiários biologicamente vivos através da distribuição de um cartão-alimentação no valor de R\$ 50,00. Tenta-se diminuir a fome, mas o desemprego estrutural instaurado no país não é combatido.

2.7 – PURGATÓRIO DA BELEZA E DO CAOS²⁶: A DESIGUALDADE CARIOCA

A cidade do Rio de Janeiro, detentora da quarta maior renda entre as capitais dos estados brasileiros e do segundo maior orçamento entre os municípios nacionais²⁷, inclui-se entre os 5% de municípios com mais alto grau de pobreza. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, a PNAD²⁸, 700 mil cariocas (contingente maior que a população da cidade de Niterói) vivem com menos de R\$ 82,00 por mês²⁹. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2001, cada rico do município detém uma renda igual a 48 pobres e ainda, o 1% mais rico da população carioca detém riqueza equivalente aos 50% mais pobres. Esses dados são ainda mais reveladores da desigualdade quando se observa a diferença de renda entre as regiões ou bairros. Por exemplo, o bairro de Santa Cruz, localizado na Zona Oeste, tem como média uma renda per capita de R\$ 93,00, enquanto na Lagoa, Zona Sul do Rio, a renda média per capita é de R\$ 2.126,00. Aproximadamente metade das famílias cariocas tem uma renda média per capita abaixo de R\$ 250,00.

Em 1998, dados do IBGE constataam que a população economicamente ativa (PEA) do município era composta de 2.377.493 pessoas e desse total, 133.121 estavam desempregadas.

²⁶ Trecho da música Rio 40 Graus, de Fernanda ABREU.

²⁷ Com previsão de R\$ 5,5 bilhões para 2001.

²⁸ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), com elaboração do IPEA.

²⁹ De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2001, a renda abaixo de R\$ 82,00 por mês os caracteriza como pobres.

Porém, no percentual de pessoas ocupadas soma-se o número de trabalhadores inseridos no mercado informal, o que significa algo em torno de um quarto do total. A população inserida no mercado informal apresenta características comuns: baixa remuneração e inexistência de garantias trabalhistas.

Principalmente por já ter sido capital federal, o Rio de Janeiro é a cidade brasileira com maior contingente de funcionários públicos federais, categoria normalmente com alta escolaridade, má-remuneração e longos períodos sem reajustes salariais. Mas, entre 1997 e 2000 o Rio de Janeiro apresentou um déficit de 12% no número de servidores lotados na cidade, caindo de 115.906 para 102.071 (O GLOBO, 2001).

Além do desemprego, a favelização também se revela como crescente no município do Rio de Janeiro ao longo dos anos. Em 1950, 169 mil pessoas residiam em favelas. Em 1980 esse número subiu para 722 mil e em 1996 chegou a 1 milhão. Na Zona Sul, a taxa de favelização cresce 2,4% ao ano, tendo sido de 14,9% em 1991 e chegando a 17% em 1996 (O GLOBO, 2001).

E citar a Zona Sul é dar ênfase a umas das áreas mais desiguais da cidade. Na região compreendida por bairros como Copacabana, Ipanema, Leblon, Lagoa, Gávea e São Conrado, pode-se claramente perceber os dois opostos da pirâmide social bem próximos fisicamente e com uma enorme distância social. O encarecimento dos imóveis nesta área fez com que a classe média fosse gradativamente se retirando e dando espaço para que apenas a elite social se mantivesse residindo nesses bairros. Por outro lado, a favela cresceu, como forma de ocupação alternativa, sendo para muitos moradores a esperança de por estarem em área nobre conseguirem uma oportunidade de emprego ou melhores salários. E a esperança tem justificativa: na Zona Sul estão concentrados 60,8% dos empresários, 80% dos executivos do setor público, 40% dos profissionais de nível superior e 67% das pessoas com mais de nove anos de estudo. Nas favelas apenas 1,3% da população estudou mais de 12 anos. Cerca de 33% da população das favelas é analfabeta, índice reduzido a 7,2% quando falamos do “asfalto” (O GLOBO, 2001).

A taxa de analfabetismo e a falta de oportunidades de emprego estão entre as causas do alto índice de violência na cidade, que se reflete nos indicadores como o de número de mortos por homicídios. No Rio, no ano de 1998, de cada 100 mil moradores, 38 morreram assassinados. Em 1999 esse número subiu para 41,2 e em 2000 chegou a 45,5 a cada 100 mil pessoas. E ainda pode ser pior: em cidades da Baixada Fluminense como Queimados e Japeri em cada 100 mil moradores, 80 são assassinados por ano. Falando em zonas periféricas, cabe ressaltar que o índice de homicídios em bairros da Zona Oeste é 250% maior que o número do mesmo crime na Zona Sul. Nesse alto número de assassinatos é inegável a participação ativa da Polícia Militar do Estado, que além de ser considerada a polícia que mais mata no mundo, atinge 65% de suas vítimas com tiros pelas costas³⁰. Na opinião de moradores de conjuntos habitacionais, de favelas e de classe média, a polícia é a pior instituição do Rio. Esse resultado é apenas um reflexo do que é presenciado cotidianamente pelos moradores. Ações como extorsão, abuso de autoridade e violência contra os moradores de favelas denigrem gradativamente a imagem desta instituição que deveria garantir a

³⁰ Fonte: Instituto de Estudos Religiosos – 2001.

segurança e, ao invés disso, coopera para a disseminação da violência no seio da sociedade (O GLOBO, 2001).

A guerra do tráfico traz prejuízos principalmente para os que residem nas favelas. Com o freqüente embate entre polícia e traficantes, as autoridades governamentais eximem-se de fornecer serviços públicos nessas áreas alegando a alta periculosidade e tornando essa população carente de recursos que lhe garanta a manutenção de condições dignas de vida. Para terem acesso a esses serviços os moradores precisam “descer para o asfalto” e sofrer com o preconceito da sociedade em geral, que não aceita de forma natural a convivência nos mesmos ambientes. A cultura da segregação espacial ainda se faz presente e é perceptível com a criação de espaços públicos dedicados “aos pobres”, como forma de mantê-los longe dos demais espaços públicos da cidade. Alguns exemplos podem ser citados: a Cidade das Crianças, construída em Santa Cruz pela Prefeitura, que é um parque infantil gratuito dedicado aos moradores de baixa renda; o Piscinão de Ramos e o Piscinão de Deodoro e ainda as Lonas Culturais, espaços dedicados a shows, peças de teatro e outros eventos culturais a preços promocionais. Curiosamente, não existem Lonas Culturais na Zona Sul, o que confirma a segregação e revela o pensamento errôneo de Prefeitura de que a Zona Sul não tem população de baixa renda.

Todavia, os problemas da cidade não estão apenas concentrados na violência. Os transportes andam mal, a saúde agoniza e a população de rua é maior e mais visível a cada estatística ou simples observação.

Em 1998³¹, com população aproximada de 6 milhões de habitantes, o município contava com 10.555 leitos na rede de atendimento gratuito³², da qual fazem parte 168 unidades ambulatoriais e 62 unidades hospitalares. Ao aprofundar a análise desses indicadores outros fenômenos ainda mais estarrecedores transparecem, como:

■ Nas AP's³³ 2.2, 3.1, 5.1, 5.2 e 5.3 não existe nenhuma unidade materno-infantil;

³¹ Dados do Anuário Estatístico do Município do Rio de Janeiro.

³² Englobando unidades federais, estaduais, municipais, hospitais universitários e filantrópicos.

³³ As AP's – Áreas Programáticas – e suas respectivas abrangências encontram-se no anexo.

- A AP 1.0, que corresponde a região mais central do Rio, conta com quatro Centros Municipais de Saúde, enquanto as AP's 4.0, 5.1, 5.2 e 5.3 contam com apenas um cada.

- As AP's 2.1 e 2.2 não contam com nenhum Posto de Saúde ao mesmo tempo em que as AP's 1.0 e 3.1 tem um cada e a AP 5.3 tem onze Postos de Saúde. Esse dado sendo observado de uma outra perspectiva revela que a AP 5.3 que contém o maior números de Postos de Saúde dentre as AP's, não conta com nenhum Hospital Especializado, Maternidade, Posto de Assistência Médica (PAM), Unidade Integrada de Saúde, Unidade Primária de Atendimento ou Unidade Ambulatorial, ou seja, tenta-se mascarar a falta de atendimento especializado com a implantação de inúmeros postos de saúde. Essa forma de distribuição da rede de saúde prejudica primordialmente os residentes mais distantes da região Centro / Zona Sul, na qual estão concentrados os Centros de Referência em saúde da cidade. O deslocamento até esses locais além de demorados é demasiadamente longos e custosos financeiramente, o que por muitas vezes inviabiliza o acesso ao tratamento médico.

O sistema de transporte inclusive pode ser abordado como um grande dificultador de locomoção, por mais antagônico que possa parecer. A cidade não conta ainda hoje com transportes integrados e que beneficiem a população residente na periferia. Moradores das regiões mais afastadas do Centro abrem mão de até cinco horas diárias na locomoção para o trabalho, provocando uma acentuada queda na qualidade de vida e um alto custo para o trabalhador, já que o empregador, muitas vezes demite ou não contrata um funcionário em função de seu local de moradia, colaborando para o aumento do desemprego nas áreas mais carentes do município. Nesses casos, o trabalhador muitas vezes se vê obrigado a mentir sobre a localização de sua residência, tanto para minimizar os custos do transporte para o empregador, quanto para evitar a discriminação que comumente ocorre com os moradores das áreas periféricas.

Após essas breves considerações sobre o Brasil e a cidade do Rio de Janeiro, sentimo-nos à vontade para refletirmos sobre a população de rua carioca,

expressão mais aprofundada da desigualdade social instaurada no município e ratificada pela política econômica federal ao longo das décadas.

*Somos muitos Severinos iguais em tudo na vida:
na mesma cabeça grande que a custo é que se equilibra,
no mesmo ventre crescido sobre as mesmas pernas finas
e iguais também porque o sangue, que usamos tem pouca tinta.
E se somos Severinos iguais em tudo na vida,
morremos de morte igual, mesma morte severina:
que é a morte de que se morre de velhice antes dos trinta,
de emboscada antes dos vinte, de fome um pouco por dia
(de fraqueza e de doença é que a morte severina
ataca em qualquer idade, e até gente não nascida).
(NETO, 2006)³⁴*

CAPÍTULO 3

POPULAÇÃO DE RUA MASCULINA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: AS ANTIGAS PRÁTICAS REEDITADAS

A população de rua, fenômeno corriqueiro na paisagem das grandes metrópoles brasileiras, a partir da década de 80 pode ser caracterizada por uma

condição limítrofe, que pode ser verificada empiricamente no cotidiano de pessoas que moram nas ruas da cidade, é parte de uma trajetória composta por situações extremamente vulneráveis [...] de pequenas e grandes desvinculações, de laços afetivos frágeis e irregular suporte material [...] (SCOREL, 1999, p. 18).

Trataremos a seguir de desvinculações que compõem a trajetória do ‘cair na rua’ e de algumas propostas de enfrentamento existentes hoje na cidade do Rio de

³⁴ O poema descritivo *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto, retrata a trajetória dos retirantes nordestinos para a cidade. Com quantos ‘Severinos’ não nos deparamos cotidianamente nas esquinas do Rio de Janeiro e quantos de nós ignoramos sua precariedade de vida?

Janeiro, no âmbito dos abrigos, especialmente no que tange a população de rua adulta masculina³⁵.

3.1 – TRAJETÓRIAS QUE LEVAM À RUA

Em um país cristão, majoritariamente católico, não é de se admirar que determinados pensamentos sejam intrínsecos à população. É o caso do imaginário acerca da família. Reproduziu-se ao longo dos anos um estereótipo de família patriarcal, ‘completa’, composta por pai, mãe e seus filhos e/ou filhas, vivendo sob o mesmo teto, tendo o pai como provedor e a mãe como cuidadora, zeladora do lar. Com o passar do tempo, o trabalho feminino, que é uma exigência do processo produtivo mais amplo, necessário para suprir as necessidades básicas da família, passou a ser legitimado, desde que a mulher conseguisse conciliá-lo com as suas atividades de mãe e, em alguns casos, também de ‘dona-de-casa’. E hoje, já se percebem consideráveis modificações nas composições familiares.

O número de famílias que contam com mulheres como pessoas de referência aumentou, passando de 29,4% em 2004, para 30,6% em 2005. Parece uma diferença quase insignificante, mas não se analisarmos que de um ano para o outro foram analisados 1.357.449 domicílios a mais e o número de famílias que possuem mulheres como referência aumentou em 1.084.343, ou seja, praticamente 79,9% da quantidade de aumento de domicílios pesquisados (PNAD, 2004-2005).

As famílias matrifocais já não são poucas, mas permanece no ideário dos homens que são apenas eles a referência em suas famílias, que deles é a obrigação de sustentar os seus ‘dependentes’, servindo a renda feminina, no máximo para complementar as despesas com a casa. Esse pensamento tem desdobramentos dolorosos, pois quando não lhes é possível prover, sentem sua autoridade destituída, auto-negativam sua imagem. O poeta GONZAGUINHA deixou gravada na letra de uma de suas músicas esse sentimento de impotência e falta de legitimidade social que permeia a vida dos homens sem trabalho³⁶:

[...] Um homem se humilha / Se castram seu sonho / Seu sonho é sua vida / E a vida é trabalho / E sem o seu trabalho / Um homem não tem honra / E sem a sua honra / Se morre, se mata / Não dá pra ser feliz / Não dá pra ser feliz.” (GONZAGUINHA, 1983, faixa 05)

³⁵ No dia 09 de novembro de 2006, às vésperas de finalizarmos o presente trabalho, o telejornal RJ TV, da Rede Globo, divulgou os dados preliminares de pesquisa realizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social que ratifica nossa escolha por essa parcela da população de rua, por considerarmos-na a mais significativa numericamente. Das 1.682 pessoas entrevistadas durante a pesquisa, 80,3% eram homens e desses, 63,5% eram adultos.

³⁶ Aproveito o trecho desta música para homenagear minha orientadora Mariléia Inoue e agradecer-las pelas inúmeras vezes que cantarolou essa música durante as suas aulas, fazendo com que eu jamais a esquecesse. Não poderia fazer o meu trabalho de conclusão de curso sobre população de rua e não citar esta música, retrato do sentimento que permeia os homens sem trabalho.

O 'cair na rua' dos homens tem muitas vezes por pano de fundo a pobreza enfrentada cotidianamente no seio familiar e mais ainda, a vergonha que sentem por não conseguirem reverter essa situação.

Não é possível obter uma taxa de desemprego junto à população de rua nem tampouco estabelecer uma correlação direta e mecânica entre desemprego, ou extrema vulnerabilidade do vínculo laboral, e a moradia nas ruas. No entanto, os depoimentos dos próprios moradores de rua e algumas pesquisas indicam que o desemprego é um dos principais motivos que conduzem as pessoas a viverem nas ruas. Relacionar processos de vulnerabilidade e desvinculação na dimensão do trabalho e rendimentos com a condição de morador de rua é buscar estabelecer até que ponto são originários da esfera ocupacional os estímulos que podem levar o indivíduo a atingir o 'ponto zero', definido como esgotamento dos recursos sócio-econômicos suscetíveis de manter sua sobrevivência (SCOREL, 1999, p. 175).

A dimensão sociofamiliar merece destaque especial, pois os conflitos nesse âmbito permeiam as decisões de saída do lar.

O afastamento da família, elemento fundamental de apoio material, de solidariedades e de referência no cotidiano, permite uma primeira e basilar configuração da população de rua: é um grupo social que apresenta vulnerabilidade nos vínculos familiares e comunitários. (SCOREL, 1999, p. 103)

Incluem-se nos motivos dos conflitos, problemas relacionados ao uso excessivo de álcool e drogas ilícitas, violência doméstica (inclusive, sexual), conflitos de valores e incapacidades físicas e mentais. O alcoolismo e o uso de drogas influenciariam não só a unidade familiar pelos conflitos, mas pelo desequilíbrio do orçamento doméstico.

Mudar de cidade ou estado em busca de melhores condições para si e para a família é algo comum³⁷, incentivado até pelas prefeituras de cidades interioranas. LESSA (2000) destaca como idéia central para a migração do campo para a cidade, a possibilidade de acesso às políticas públicas e aos serviços dos grandes centros. A indigna situação enfrentada na zona rural é um fator que afasta a população, cada vez mais empobrecida e repelida da região. Não são raros nos abrigos para população de rua, relatos de migrantes que vieram para o Rio de Janeiro após propagandas vinculadas pelos próprios municípios nos quais residiam. Propagandas estas que enfatizavam as belezas naturais da cidade, as opções de entretenimento, a vasta (?) rede de atendimento social e ainda retratavam diversas formas de inserção no mercado de trabalho. Obviamente, após confrontarem o mundo em que viviam com o mundo possível no Rio de Janeiro, era para cá que se dirigiam. Aqui chegando deparam-se com a escassez de vagas de trabalho e, sem ter onde ficar, sem dinheiro para quartos ou hotéis, essas pessoas acabam por fazer da rua o seu lugar para viver.

³⁷ Mais uma vez a recente pesquisa da SMAS comprova nossas constatações: dos entrevistados, 75% são oriundos de outros municípios e estados.

Em 1991, a então Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro traduziu em números essa realidade, afirmando que apenas 42,3% dos moradores de rua da cidade eram naturais do estado do Rio de Janeiro.

Após estarem nas ruas as possibilidades de retorno à cidade natal se tornam cada vez menores. Ninguém quer voltar para casa 'pior do que saiu' e a volta é sempre adiada para quando a 'situação melhorar'. Em depoimentos extraídos do livro de ESCOREL pode-se perceber claramente a dificuldade de encarar a família após a tentativa frustrada de melhor qualidade de vida:

Eu não posso voltar pra casa do jeito que eu tô, por isso eu queria arrumar um quarto pra mim, estabilizar-me de novo, [...]; vou chegar na minha casa de bermuda e uma mochila nas costas? (ESCOREL, 1999, p. 147).

Quem se dispõe a enfrentar o novo e vencer, junta todas as reservas financeiras e psicológicas e, portanto, voltar como peso para a família, como fracassado, é uma dor maior para a qual ele não tem mais reservas.

Às vezes eu penso em voltar, sabe? Mas voltar da forma que eu tô não posso não... eu tenho a maior vergonha de voltar pra minha casa da forma que eu tô, destruído, tinha que tar bem melhor, sabe? Ó só, vou falar um coisa... sem dente, sem roupa, sem nada, sei lá, destruído totalmente, não volto não (ESCOREL, 1999, p. 147).

Em pesquisa realizada pela Fundação Leão XIII³⁸ nos anos de 1986 e 1991 (TABELA 01) comprovou-se que a baixa escolaridade também está presente na vida dos moradores de rua. Está claro, pois, que a condição de descaso estrutural do trato da educação desde o Brasil colônia recrudescer a falta de condições de exercer a cidadania desde tenra idade. A escola cria a condição da 'pedagogia da exclusão'³⁹, onde parece que a vítima é a própria responsável pelo seu fracasso escolar. Sabe-se que em muitas cidades do interior, especialmente do nordeste brasileiro, improvisa-se até professor e não é possível tornar a escola atraente quando não se tem diretrizes nítidas a serem seguidas.

TABELA 01
GRAU DE ESCOLARIDADE DE MORADORES DE RUA / RJ (EM %)

Grau de Escolaridade	Rio de Janeiro	
	1986	1991
Analfabetos	30,3	20,7
Alfabetizados	21,8	22,1
1º Grau Incompleto	34,0	47,8
1º Grau Completo	9,8	3,1
2º Grau Incompleto	2,8	3,1
2º Grau Completo	1,3	1,4
Sem Informação		1,8
Total	100,00	100,00
Fonte: FLXIII, 1991		

³⁸ Instituição Estadual, hoje vinculada à Secretaria de Estado da Família e da Assistência Social.

³⁹ GENTILLI (1996).

Se levarmos em consideração que para efeitos estatísticos, incluem-se no Brasil, como alfabetizados os que apenas desenham o nome, sabemos que os números reais são invisíveis. Para se considerar alguém alfabetizado este deveria completar o processo na quarta série do ensino fundamental, quando estaria apto a ler (interpretando adequadamente), escrever com cognição um texto e utilizar as quatro operações matemáticas. A aquisição da leitura é apenas uma etapa do processo de alfabetização. Além disso, existe a modalidade de analfabeto funcional que é aquele que por falta de uso esquece o que aprendeu.

3.2 – A POPULAÇÃO DE RUA POR ELA MESMA E FRENTE À SOCIEDADE

Conceitualmente, podemos definir que a população de rua está abrangida no contingente que MARX (1987) chama de exército industrial de reserva, que é amplo e na verdade abarca desde o trabalhador que está imediatamente disponível ao capital até aqueles que dificilmente retornariam ao mercado de trabalho. Mas não é possível definir um perfil do morador de rua, pois esse contingente é bastante heterogêneo, composto dos mais variados tipos de pessoas e nas mais diversificadas situações. Podemos sim, afirmar⁴⁰ que esta população se divide em subgrupos, sendo os três principais: os indivíduos que *ficam* na rua, os que *estão* na rua e os que já são da rua.

Os que *ficam* na rua: subgrupo composto basicamente por trabalhadores, que ficam nas ruas apenas alguns dias da semana em função da distância entre a residência e o trabalho, evitando os deslocamentos longos e custosos do percurso “casa x trabalho x casa”. Normalmente está concentrado nas áreas do Centro e Zona Sul, onde se localiza boa parte do contingente de postos de trabalho. Aos finais de semana retornam para sua residência.

Este subgrupo conta também com usuários de álcool e drogas, pacientes psiquiátricos e pessoas que saem de suas cidades em busca de atendimento em serviços públicos como, por exemplo, a saúde. Utilizam a rua para permanência temporária, seja durante o período de embriaguez, alucinações e surtos, seja durante o período de tratamento ou mesmo de tentativa de atendimento em hospitais.

⁴⁰ Afirmação a partir de minhas observações durante inserção como estagiária na área temática ‘População de Rua’, durante 18 meses.

Os que estão na rua: pessoas em fase inicial de desvinculação, com determinados laços rompidos, certas vezes sem trabalho, mas na maioria dos casos com ocupações que lhe dão algum retorno financeiro, como o recolhimento de latas e papelão. Ainda são úteis à máquina capitalista, pois continuam através do seu trabalho colaborando com o sistema, seja com o recolhimento de material reciclável ou com outros serviços informais. Continuam tentando a reinserção no mercado formal e servem como ‘exemplos’ aos trabalhadores, para que estes aceitem vender sua força de trabalho por pouco e em condições precárias, afinal, se perderem o emprego podem acabar nessa mesma situação.

Os que são da rua: indivíduos que já perderam todos os seus vínculos originais de sociabilidade, higiene e trabalho, introjetaram a rua como seu espaço e não se imaginam vivendo em outro local. MARX (1980) refere-se a esse contingente como o “lixo de todas as classes”, “indivíduos arruinados”, “vagabundos”, “mendigos”. Invisíveis e desnecessários para o sistema, são tema de preocupação apenas quando precisam ser ‘varridos’ ou ‘escondidos debaixo dos tapetes’ para a ‘limpeza’ da cidade. Segundo ESCOREL (1999) existe uma diferenciação entre ser ou não ser mendigo inclusive entre os moradores de rua. A autora definiria mendigo como *“aquele que sobrevive pedindo esmola, o que não toma banho, não escova os dentes; é o ponto final da degradação humana”* (ESCOREL, 1999, p. 163).

Poderíamos destacar ainda muitos outros subgrupos de moradores de rua, mas acreditamos ser mais importante para o objetivo deste trabalho, discutir um fator peculiar a todos os citados: a dificuldade de viver e sair da rua.

Viver nas ruas compreende implícitos obstáculos cotidianos como solidão, falta de privacidade e dificuldades de manutenção da higiene. É necessário que o indivíduo crie uma nova sociabilidade, com estratégias de sobrevivência. Conversar, comer, dormir, tomar banho, usar roupas... tudo passa a não depender apenas deles, mas de uma rede de sobrevivência a ser criada. Descobrir horários e locais de distribuição de comida, onde tem um cano estourado para a higiene pessoal, qual o melhor bairro para passar o dia e qual o melhor para dormir, enfim, um aprendizado que leva tempo.

Criar ‘companheiros de rua’ é outra estratégia para vencer as dificuldades encontradas. ESCOREL classifica esse fenômeno como “agrupamentos”.

O modo de vida na rua, na medida em que inverte os princípios de organização social entre os espaços públicos e privados, confere enormes restrições que impedem ou dificultam reconstruir relações sociais baseadas no modelo familiar. [...] É o agrupamento a unidade de referência, de pertencimento que confere ao indivíduo morador de rua um suporte similar ao da família, em suas funções de sobrevivência e reprodução, podendo assim ser considerado como substituto da família. O agrupamento seria tão fundamental na estratégia de sobrevivência, entendida enquanto proteção e segurança, que não teria importância com quem se agrupar e sim o ato de agrupar-se. (SCOREL, 1999, p. 152).

No senso comum, que viver na rua é uma opção, uma escolha diante de determinadas 'facilidades' que a rua oferece: baixo custo, liberdade, obtenção de doações de comida, roupas e, principalmente, o recebimento de esmolas, que muitos consideram uma forma fácil de se 'ganhar a vida'. Porém, é nossa intenção deixar claras as diversas dificuldades enfrentadas por essa população: obter documentação, reatar laços familiares, readquirir costumes e hábitos sociais, realocar-se no mercado de trabalho e livrar-se do estigma de transgressores da ordem.

O ato desviante dos moradores de rua está constituído por morar na rua, transgredindo um pilar da organização social que é a separação entre público e privado, e por fazer uso de modalidades de sobrevivência que são desviantes em relação aos mecanismos legítimos e convencionados [...]. Os restritos ofícios que exercem são de baixa reputação social e rentabilidade. [...] o morador de rua deve conseguir legitimar sua condição de quem precisa ser ajudado. Deve demonstrar a sua impossibilidade de suprir de maneira convencional suas necessidades básicas, através do trabalho, e de certa forma, ser considerado como uma 'exceção à regra'. A exposição das deficiências – físicas, mentais ou carenciais – é um modo (eficaz) de legitimar o pedido. (SCOREL, 1999, p. 237 e 238)

Ao andar pelas ruas do Rio, deparemos-nos com diversos moradores de rua, mas no geral as reações resumem-se à indiferença, ao menosprezo. Naturalizou-se, da pior forma possível (a ignorância), o fato de crianças, jovens, adultos e idosos passarem boa parte de sua vida sob marquises ou viadutos, desprotegidos socialmente, transformados em ameaças, sem o amparo das leis, ignorados civil e politicamente. Esta é uma forma de violência velada, tradicional no Brasil desde a formação do mercado de trabalho livre e que tem se expressado nos governos FHC e Lula na execução de dois Planos Nacionais de Direitos Humanos, de difícil execução, pela natureza conservadora das nossas instituições.

Algumas instituições ainda destinam-se exclusivamente a atender essa parcela da população totalmente fragilizada, correspondentes ao que MARX define

como lumpemproletariado. Como não há um real enfrentamento da questão por parte do poder público, os profissionais, na maioria das vezes, impotentes e fragilizados pelas condições oferecidas também a quem trabalha com este contingente populacional, por não serem indiferentes à realidade, tentam de acordo com os interesses de cada instituição transformar o cotidiano a sua volta.

3.3 – PROPOSTAS DE ENFRENTAMENTO NO ÂMBITO DOS ABRIGOS

Para prevenir as situações de risco social enfrentadas por moradores de rua, a Política Nacional de Assistência Social, PNAS, estabelece a Proteção Social Básica. Objetiva-se o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e o desenvolvimento de potencialidades e aquisições. Os serviços são executados pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e por outras unidades públicas de Assistência, incluindo: programas de inclusão produtiva, projetos de enfrentamento da pobreza e criação de centros de informação e de educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos.

Quando a Proteção Social Básica não se faz presente, ou quando é insuficiente para a resolução de uma demanda específica, entra em cena a Proteção Social Especial, que pode ser de média ou de alta complexidade.

A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. São serviços que requerem acompanhamento individual, e maior flexibilidade nas soluções protetivas. Da mesma forma, comportam encaminhamentos monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada. Os serviços de proteção especial têm estreita interface com o sistema de garantia de direito exigindo, muitas vezes, uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo. (PNAS, 2004, p. 31)

A Proteção Social Especial de média complexidade engloba ações como o serviço de orientação e apoio sócio-familiar, o plantão social e a abordagem de rua, enquanto a Proteção Social Especial de alta complexidade, visando garantir proteção integral, oferece Atendimento Integral Institucional, Casa Lar, Albergues, Casas de Passagens, dentre outros.

No caso da proteção social especial à população em situação de rua serão priorizados os serviços que possibilitem a organização de um novo projeto de vida, visando criar condições para adquirirem referências na sociedade brasileira, enquanto sujeitos de direito. (PNAS, 2004, p. 31)

Contudo, como a liberdade é um direito de todo cidadão que não tenha sido julgado e condenado, uma pessoa apenas é abrigada de forma voluntária, seja através de um pedido de acolhida diretamente em uma instituição ou mediante abordagem de alguma equipe vinculada a abrigos ou órgãos públicos. Mas, esse processo de saída não é tão fácil quanto pode parecer, pois, quando da abordagem, há certa resistência por parte do morador de rua, que muitas vezes já conhecedor dos equipamentos de abrigagem disponíveis na cidade se recusa a sair da rua para enclausurar-se em um abrigo, no qual continuará a viver em situação precária.

O primeiro passo quando um usuário é acolhido em qualquer instituição é verificar a documentação que ele possui. Muitos perderam toda a documentação ou sequer foram registrados. São invisíveis juridicamente, estão fora de censos, estatísticas, não escolhem seus governantes, e, principalmente, são inelegíveis para todos os Programas Sociais existentes no país. Pode parecer um passo simples, mas a obtenção de documentos demanda tempo, contatos telefônicos e recursos financeiros, muitas vezes inexistentes, pois como a maioria dos usuários são oriundos de outros estados, faz-se necessário solicitar buscas em cartórios e subsidiar o envio da 2ª via da documentação, quando localizada. Além de todas as dificuldades encontradas para a obtenção de documentos, os profissionais que lidam com o morador de rua nas instituições ainda enfrentam os constantes furtos, roubos e perdas dos documentos recém-adquiridos. Observa-se um descuido com a documentação, atribuído em parte à perda de identidade desses sujeitos, que há muito já não se consideram parte da sociedade, são vistos com maus olhos, carregam em si o peso da sua condição de vida, são rejeitados.

Dentre os principais abrigos existentes atualmente para a população de rua adulta, destacam-se pela capacidade de atendimento: o Centro de Acolhimento Tom Jobim, municipal, na Praça da Bandeira, a Comunidade de Emaús, localizado em Cordovil e mantido pelo Banco da Providência⁴¹ e os abrigos vinculados à Fundação Leão XIII. A Fundação mantém um Centro de Triagem, no bairro de Bonsucesso e

⁴¹ Instituição Filantrópica da Arquidiocese do Município do Rio de Janeiro.

abrigos em Benfica (para homens solteiros, mulheres solteiras e famílias com ou sem filhos), Itaipu (para homens com comprometimentos psiquiátricos), Fonseca (para mulheres com comprometimentos psiquiátricos) e Campo Grande (para idosos). A Fundação ainda administra o Hotel Popular, no Centro do Rio de Janeiro, destinado a trabalhadores que não tem condições financeiras de retornar às suas residências durante a semana. O Hotel funciona de segunda à sexta, disponibiliza 110 vagas para homens, 28 para mulheres e cobra o valor de R\$ 1,00 por pernoite. São oferecidos ainda um kit para banho e café da manhã.

Sem diminuir a importância de alguns dos trabalhos realizados, trataremos a seguir apenas de dois abrigos: a Comunidade de Emaús e o Centro de Triagem a População de Rua (CTPR) este último vinculado à Fundação Leão XIII⁴². Embora distintos no aspecto da fonte de renda, já que o primeiro é filantrópico e o segundo Estatal, as duas propostas guardam semelhanças no direcionamento de seu atendimento não para os pobres, mas para os ‘excluídos sociais’, no intuito de ‘incluir socialmente’ os seus usuários, considerando por ‘inclusão social’ a inclusão no mercado de trabalho.

3.3.1 - O BANCO DA PROVIDÊNCIA E A COMUNIDADE DE EMAÚS

O Banco da Providência é a maior Instituição Filantrópica da Arquidiocese do Município do Rio de Janeiro, tendo sido fundada em 1959, por Dom Hélder Câmara, a quem o site do Banco reserva trechos exclusivamente dedicados. Dentre eles:

Reviver a história do Banco é lembrar daqueles que sempre ajudaram e fazem parte desta caminhada. É, sobretudo, lançar um novo olhar sobre o legado de Dom Hélder Câmara. Revelar sua dimensão profundamente humana, capaz de colocar valores cristãos genuínos como geradores de um novo tipo de ação social. Colocou a solidariedade como valor no centro da vida. Como condição necessária para uma sociedade justa e capaz de promover o exercício da cidadania plena. Assim, Dom Hélder fundou o Banco da Providência. (www.bancodaprovidencia.org.br)

⁴² Como já mencionado anteriormente, essa escolha foi baseada nas minhas experiências de estágio; Citaremos também o CAB, Centro Acolhimento de Benfica, onde jamais estagiei, mas por ser o principal abrigo de destino dos usuários que foram por mim atendidos no CTPR decidimos ser relevante sua presença. Destaco ter conhecimento da proposta municipal dos Centros Municipais de Assistências Social Integrada (CEMASI), recentemente com a nomenclatura alterada para Centros de Referência da Assistência Municipal (CRAS) por determinação da Política Nacional de Assistência Social e ter optado por não avaliá-los, inclusive por se tratar de uma proposta com menor tempo de implantação frente às escolhidas.

Desde sua fundação, o Banco propõe-se a atender às demandas da população pauperizada. Para tanto, em 1960 foi criada a “Feira da Providência”, no início, um pequeno bazar para a venda de produtos e reversão da renda para os projetos de assistência, e hoje um mega evento, que contou em 2005 com 11 dias. A Feira cresceu, mas manteve o caráter de auto-sustentar o Banco.

Além de sua sede, situada na Rua dos Arcos, o Banco conta com alguns outros equipamentos: a Comunidade de Emaús, em Cordovil, o Ambulatório da Providência, em São Cristóvão, e os Centros da Providência de Capacitação ao Trabalho, em Realengo e no Engenho Novo. Existem ainda cerca de 20 Agências de Famílias, que funcionam em Igrejas Católicas distribuídas pelo município. Em todos os equipamentos, vários são os projetos desenvolvidos pelo Banco da Providência, porém, será dado destaque exclusivo à Comunidade de Emaús.

O termo ‘Emaús’ tem origem bíblica, e significa ‘desejo de conselho’. Na cidade de Emaús foi anunciada a ressurreição de Jesus Cristo e por isso para os católicos ‘Emaús’ significa esperança de uma nova vida. Não à toa esse foi o nome escolhido para o abrigo: desejo de conselho para ter esperança de uma nova vida. Desde sua fundação, datada no relato de seus funcionários de 1963, embora não seja possível precisar a data pela escassez de documentação, a Comunidade abriga homens encontrados em situação de rua.

Nos seus primórdios, a Instituição era comandada por um general francês, de nome não citado, e se destinava quase que exclusivamente a receber homens oriundos do sistema penal e sem vínculos familiares. Esses sujeitos ali residiam, sem expectativas de saída e sob um regime ditatorial. Recebiam alimentação e moradia e em troca trabalhavam na manutenção da casa e na produção de gêneros a serem vendidos para arrecadação de fundos para o abrigo. Consta nos relatos que já houve população próxima a trezentos homens.

Com o passar dos anos, várias foram as mudanças, inclusive na forma de direção e no público alvo. Os homens continuaram sendo os atendidos, mas com a formação de um corpo técnico antes inexistente, composto de Assistente Social, Pedagoga, Educadores Sociais, dentre outros, começaram a surgir projetos de intervenção, porém sempre pautados na lógica focal, moralizadora e assistencialista da Igreja Católica. No site do Banco é realizada menção à intencionalidade da Comunidade de Emaús:

A comunidade de Emaús desenvolve uma ação capaz de fazer a diferença na vida de homens com perfil de população de rua, com idades entre 18 e 49 anos⁴³, vítimas do abuso do álcool e outras drogas. A metodologia tem como foco a área de saúde, capacitação para o trabalho e empreendedorismo. Como resultado, alcança o desenvolvimento humano sustentável. A meta de inclusão é 150 homens/ano. (www.bancodaprovidencia.org.br)

Na chegada à Instituição, é impossível não compará-la a uma prisão⁴⁴. A começar por sua localização em uma área da cidade bastante isolada do convívio social. A estrutura física conta com várias pequenas construções ao redor, dentre elas refeitório, alojamentos, lavanderia e galpões

⁴³ Destaco que o limite de idade até 49 anos é estabelecido através da idéia de “idade produtiva”. Não sei explicar a origem desta lógica e nem o seu autor.

⁴⁴ Atualmente, a Comunidade de Emaús passa por uma grande reforma física, subsidiada com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social.

destinados às 'oficinas', e um enorme pátio no centro, onde os participantes⁴⁵ podiam transitar livremente. Cores desbotadas, instalações precárias e um insuportável odor fétido nos alojamentos davam a dimensão da falta de investimentos no local. Todos os participantes quando entram são revistados, para tentar coibir a entrada de bebidas alcoólicas, drogas e revistas masculinas. Ressalto que essa prática não impede que por vezes esses itens sejam encontrados nas dependências do abrigo.

O projeto que se encontrava na época em funcionamento (e talvez até hoje) intitula-se "Projeto Construindo um Novo Projeto de Vida". Baseava-se no abrigamento de homens que possuíam perfis parecidos: ex-moradores de rua, alcoólatras, drogadictos, egressos do sistema penitenciário, com baixo grau de instrução e com pouca ou nenhuma qualificação profissional.

As atividades previstas no Projeto visam incluir socialmente os participantes atendidos. Considera-se, no Banco, incluído socialmente o homem que após o prazo máximo de seis meses na Comunidade tiver obtido sua 'cidadania': alfabetizou-se ou elevou seu grau de escolaridade, retirou seus documentos, adquiriu qualificação profissional, inseriu-se no mercado de trabalho formal ou informalmente, é capaz de manter-se em moradia digna (com água, esgoto e luz elétrica) com seus rendimentos e ainda encontra-se livre da dependência química. Na verdade, o que está por subjacente a esta visão é a perspectiva funcionalista de que a sociedade está perfeita, o homem é que tem que se adaptar, ele é que se encontra disfuncional ao sistema. Portanto, não existe escolha para o indivíduo, porque, premido pela necessidade sua única alternativa é abrigar-se. Porém, COUTINHO definiria cidadania de forma completamente díspare da adotada em Emaús. Para o autor,

cidadania é a capacitação conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado. A cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando um processo histórico de longa duração. (COUTINHO, 1997, p. 146)

Face à essa definição pode-se dizer que a existência da cidadania termina por chocar-se com a lógica do capital. O autor discute a contradição entre cidadania e classe social, na qual se há uma sociedade de classes não seria possível tornar realidade a plena cidadania, ou seja, o ideal de soberania popular e, como tal, da democracia.

No intuito de elevar o grau de escolaridade dos participantes, educadores sociais promovem aulas supletivas⁴⁶, nas quais não é raro depararmo-nos com a falta de didática e até com erros gramaticais grosseiros. Verifica-se claramente o despreparo metodológico e, conseqüentemente, o

⁴⁵

Assim definiam-se os usuários do equipamento. Essa denominação é recente e veio para substituir o termo 'internos'. 'Participantes' seria por participarem de um projeto, de forma voluntária, sem a obrigação de ali permanecerem. Por hora, usaremos este termo para nos referir aos usuários deste abrigo.

⁴⁶ Por não ser um Estabelecimento de Ensino, não são fornecidos certificados, o que seria fundamental na comprovação do grau de escolaridade para obtenção de um emprego.

prejuízo para os que ali estão para aprender. As aulas dadas além de visarem o aumento de escolaridade, são uma forma de moldar socialmente os participantes, preparando-os para se comportarem moralmente como trabalhadores.

Embora seja uma instituição filantrópica, o Banco da Providência, tal qual uma grande indústria capitalista, estabelece metas para seus funcionários, e em Emaús não poderia ser diferente. O Projeto tem por meta a inclusão social de 150 homens/ano. Diante da meta estabelecida, diversos fatores convergem para a sua não realização no prazo estipulado, a começar pela dificuldade encontrada para a reinserção no mercado de trabalho, para cessar o uso de álcool e drogas e para reatar vínculos familiares inexistentes ou frágeis.

3.3.1.1 - A *WORKHOUSE* REFORMULADA NA CONTEMPORANEIDADE

A Comunidade de Emaús preocupa-se com a inserção no mercado de trabalho, porém de forma bastante enviesada e tendenciosa aos interesses particulares do Banco. Tal qual no contexto das *workhouses*, cabe à Paróquia, à Igreja local cuidar de seus pobres, assumindo responsabilidades que seriam do Estado. E justamente nesses aspectos que traço um paralelo com as *workhouses* no que se refere ao seu caráter de servidão ao capital, por formar mão-de-obra trabalhadora e por retirar do convívio social os desnecessários ao sistema.

Como já citado, no equipamento existem galpões destinados às 'oficinas', que são atividades de realização obrigatória por todos os participantes, sob pena de desligamento em caso de recusa. Apenas os idosos e os portadores de algum tipo de deficiência são eximidos dessa tarefa (assim como ocorria nas *workhouses*), mas esses são minorias, já que não são admitidos no Projeto. Os que ainda lá se encontram são resquícios das fases anteriores, que aceitavam homens de qualquer idade, independente de possuírem ou não alguma limitação física. Atualmente, pelo que rege o Projeto, a admissão é apenas de homens que gozem de perfeita saúde física e mental, o que nem sempre se concretiza por não haver uma avaliação médica no dia da entrada do participante⁴⁷ e pela demanda ser formada majoritariamente por usuários de drogas ilícitas, que provocam com seu uso continuado lesões na parte física e neurológica.

Como nas *workhouses*, os primeiros passos na chegada do usuário são a sua higienização e a esplanção das regras. Durante a anamnese para admissão o usuário escolhe a oficina da qual deseja, ou melhor, será obrigado a participar: cestaria com papel jornal, restauração de imagens, marcenaria, mosaico de azulejos, fabricação de velas, bijuterias, barbearia, lavanderia, cozinha, faxina, dentre outras, sendo as quatro últimas claramente utilizadas para substituir a contratação de trabalhadores para a Instituição. Intitula-se oficina o fato do participante lavar diariamente a roupa dos demais, varrer as dependências da Comunidade ou passar a máquina no cabelo de outros participantes⁴⁸.

⁴⁷ Após agendamento do Serviço Social, o participante é encaminhado para o serviço médico no Ambulatório da Providência, afinal, há de se garantir as condições para o trabalho.

Os participantes trabalham das 09 às 17 h., com intervalos para refeições e possibilidade de saídas para agilização de documentos ou de exames, e recebem uma bolsa de R\$ 9,00 semanais⁴⁹ como forma de pagamento por seu trabalho. Esse dinheiro normalmente é usado para a compra de cigarros ou para lanches da rua durante as saídas.

As 'oficinas', além de visarem a manutenção do espaço, são voltadas para a produção de artigos a serem vendidos na Feira da Providência, sendo a renda revertida para os cofres do Banco. Os participantes são na verdade participantes não do projeto, mas sim da produção da renda que sustenta o Banco da Providência, já que produzem muito mais do que recebem. Pode-se, sem medo de errar, considerá-los como mão-de-obra barata, fundamental à manutenção financeira da Comunidade e, portanto, aos ideários capitalistas presentes na Instituição, que além da renda oriunda da Feira ainda conta com diversas parcerias, dentre elas a Prefeitura do Rio⁵⁰, e com isenções tributárias em virtude do trabalho filantrópico, mesmo que nem tanto.

3.3.2 – A FUNDAÇÃO LEÃO XIII

A Fundação Leão XIII foi criada em 08 de fevereiro de 1947, por decreto do Distrito Federal, quando de sua localização no Rio de Janeiro visando atender os inúmeros imigrantes que chegavam à capital, caracterizando mais uma ação de filantropia de Estado. Seu nome homenageia o Papa Leão XIII, que ficou notadamente conhecido pelas encíclicas que escreveu durante o seu papado. Certamente, a *Rerum Novarum*, de 15 de maio de 1891, que trata dos direitos e deveres do capital e do trabalhador é a mais famosa delas. Curioso, portanto, é o fato de uma Instituição Pública destinada ao atendimento à população que se encontra em situação de extrema fragilidade social, ter em seu nome a homenagem a um Papa que não só concordava com a existência da desigualdade, a considerava natural e necessária à manutenção do sistema, como defendia que seria somente através da Igreja e da Religião que a Questão Social teria solução eficaz.

É com toda a confiança que Nós abordamos este assunto, e em toda a plenitude de Nosso direito; porque a questão de que se trata é de tal natureza, que, a não se apelar para a religião e para a Igreja, é impossível encontrar-lhe uma solução eficaz. [...] Mas, o que nós afirmamos sem hesitação, é a inanidade da sua ação fora da Igreja. [...] O primeiro princípio é que o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível. É, sem dúvida, isto o que desejam os socialistas; mas contra a natureza, todos os

Embora não exista regra que disponha sobre o corte dos cabelos, os participantes são persuadidos a mantê-los curtos para evitar pediculose.

⁴⁹ Valor em vigor em julho de 2005.

⁵⁰ A Prefeitura fornece praticamente todos os gêneros alimentícios necessários para as refeições diárias da Comunidade de Emaús, além de não ter cobrado pelo aluguel do Riocentro para a realização da Feira da Providência durante 27 anos. O Jornal O Globo do dia 18 de novembro de 2005, publicou que para a 45ª edição da Feira seria cobrado aluguel no valor de R\$ 600 mil, que com o acréscimo das taxas de luz deveria chegar a R\$ 960 mil, prejudicando a previsão de receita de R\$ 4 milhões para os onze dias de evento.

esforços são vãos. Foi ela, realmente, que estabeleceu entre os homens diferenças tão múltiplas como profundas; diferenças de inteligência, de talento, de habilidade, de saúde, de força; diferenças necessárias, de onde nasce espontaneamente a desigualdade das condições. Esta desigualdade, por outro lado, reverte em proveito de todos, tanto da sociedade como dos indivíduos; porque a vida social requer um organismo muito variado e funções muito diversas, e o que leva precisamente os homens a partilharem estas funções é, principalmente, a diferença de suas respectivas condições. (Leão XIII, 1891)

Após 59 anos de existência, a Fundação concentra hoje boa parte dos programas e projetos de Assistência Social do Governo do Estado, incluindo o atendimento à população de rua e à terceira idade. O atendimento é realizado através de 47 Centros Sociais, localizados em comunidades do município, 75 Núcleos de Atendimento ao Cidadão, dispersos em municípios do interior do Estado, além do Hotel Popular e dos abrigos já citados. Além dos atendimentos de proteção integral nos abrigos, a Fundação oferece isenção de taxas para obtenção e 2ª via de documentos, cursos profissionalizantes, assistência jurídica e é responsável pelo Projeto Cidadão Acolhedor, do qual trataremos em breve.

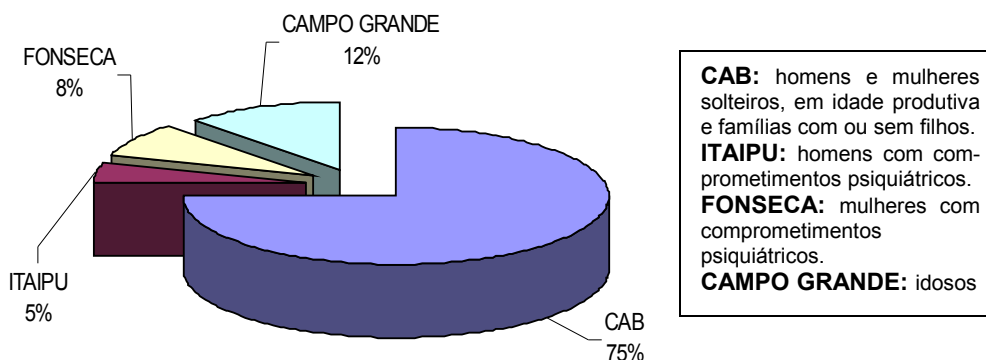
Os abrigos da Fundação são mantidos e administrados pelo Governo do Estado, à exceção do CAB, onde a Organização Não-Governamental PROSOL, Produção Solidária, administra desde 2003 o Projeto Reconstruindo a Cidadania⁵¹.

O CTPR é o ponto de partida de todo usuário que está chegando à rede de atendimento estadual. O usuário é atendido pelo Serviço Social, por um Clínico Geral e por um Psiquiatra, e só após as três avaliações se define o seu perfil, ou seja, qual o abrigo ideal para atendê-lo.

PERFIL DOS USUÁRIOS ATENDIDOS NO CTPR⁵²

⁵¹ Em Julho de 2006 o convênio firmado entre a ONG e o Governo Estadual para a administração do Abrigo foi cancelado, ficando este sob responsabilidade do Corpo de Bombeiros. Porém, os técnicos (Assistentes Sociais, Psicólogos etc) são da Fundação Leão XIII ou terceirizados por ela.

⁵² Segundo pesquisa realizada pela equipe de estagiárias, da qual eu fazia parte, durante a primeira semana de estágio, em agosto de 2005.



No âmbito do Governo Estadual, o conceito de idade produtiva segue limite de idade diferente do estabelecido pela Comunidade de Emaús, abrangendo usuários na faixa etária dos 18 aos 59 anos, mas utilizam-se também critérios subjetivos para classificar os usuários. Desta forma, destinam-se ao CAB, especificamente os homens e mulheres que gozem de boa saúde física e mental e estejam aptos para o trabalho.

A princípio, o CTPR por ser destinado à triagem, deveria ser apenas uma instituição de passagem. Mas na prática não é isso o que ocorre. A escassez de vagas nos demais abrigos do Estado ocasiona permanências na Triagem de semanas, meses e até anos. Esse problema é mais agravado conforme a idade avançada do usuário, já que o abrigo de idosos não oferta vagas na quantidade necessária para a demanda existente e a rotatividade é pequena, ao contrário do ocorrido no CAB, onde as evasões e os pedidos de desligamento são muitos.

Durante o período de estadia no CTPR não é oferecido aos usuários nenhuma atividade ocupacional, ficando estes ociosos durante todo o dia. Os que desejam ou que precisam podem se ausentar durante o dia, mas não existe nenhum tipo de subsídio financeiro para estas saídas, mesmo que sejam para ida a algum hospital ou para retirada de documentos.

O dia a dia no CTPR nos permite perceber o sucateamento das políticas públicas e o descaso com a Assistência Social. Os recursos destinados para a sobrevivência das instituições são ínfimos, de modo que estas mal mantêm-se em funcionamento. Empecilhos como a falta de combustível e de verba para envio de correspondências entravam tarefas extremamente necessárias como a transferência de usuários para outra instituição, a retirada de documentos ou a busca por familiares distantes. Por vezes, após longas negociações, conseguia-se uma vaga para internação em alguma clínica de tratamento da dependência química, mas perdia-se a vaga por falta de combustível para o carro que realizaria a transferência.

Outro empecilho não menos importante refere-se ao quadro de funcionários dos abrigos da Fundação Leão XIII, composto de concursados e terceirizados, que mesmo em situações distintas enfrentam problemas. Os funcionários públicos são absurdamente mal remunerados, estão há anos sem aumento, não tem capacitação ou reciclagem profissional e ficam por meses consecutivos sem pagamento. Já os terceirizados trabalham em exaustivas cargas horárias, não possuem direitos

trabalhistas e ainda se revezam em outras atividades para complementar o defasado salário que recebem.

Percebe-se uma explícita disputa interna entre as profissionais, existente em função da disparidade salarial e de carga horária. Insinuações são comuns, principalmente dirigidas às funcionárias concursadas que se eximiriam do trabalho por terem a certeza da estabilidade, prejudicando dessa forma a intervenção com o usuário.

Nos relatos das Assistentes Sociais terceirizadas⁵³ pode-se perceber o total desconforto com os entraves institucionais que encontram, com a excessiva carga horária e com a péssima remuneração que recebem. *“A precarização das condições de trabalho e das políticas públicas atrapalha a evolução da nossa prática, dificultando assim a solução de muitos problemas do usuário. É difícil quando um usuário precisa pagar duas passagens de ônibus para ir a um posto do INSS dar entrada em algum benefício e você tem que dizer a ele que ele não vai porque a Instituição não tem como pagar isso”* (K – 33 anos).

A carga horária foi citada por todas as contratadas, que a consideram exagerada, desgastante e prejudicial à saúde, em função da alta complexidade da demanda. Uma delas afirma: *“Nós trabalhamos com população de rua, recebemos uma energia e uma sobrecarga psicológica muito densa, pois é uma população ‘doente’. Não podemos ficar direto trabalhando se não pegaremos a ‘doença’ deles”* (Y. – 40 anos). Outra Assistente Social complementa: *“A carga horária de 44 horas é humanamente desgastante por conta das demandas no que se refere à população de rua”* (Z – 47 anos).

As Assistentes Sociais além de executarem suas atividades no CTPR ainda são utilizadas no Projeto Cidadão Acolhedor, que tem sede no CAB.

O Projeto consiste na seleção de alguns usuários do CAB para serem funcionários terceirizados do Governo do Estado, ocupando a função de “Acolhedor”. Eles vão, juntamente com a equipe técnica, composta de Assistente Social e Psicóloga aos bairros nobres da cidade fazer um trabalho de recolhimento de moradores de rua.

O Cidadão Acolhedor por ter a vivência como morador de rua é utilizado no convencimento do futuro abrigado, tentando demovê-lo da idéia de que abrigo é algo ruim, e mostrando seu exemplo: foi abrigado pela Fundação e hoje é trabalhador.

Por trás de tão bela idéia oculta-se a situação conflitante na qual são colocados os Cidadãos Acolhedores, pois de um dia para o outro eles passam da condição de institucionalizados à condição de mantenedores exclusivos de sua sobrevivência, o que engloba conseguir moradia, administrar contas, serviços domésticos, dentre outras coisas. Com o baixo salário que recebem⁵⁴ custear o aluguel de uma moradia acaba não sendo tarefa fácil, e por muitas vezes o destino desses homens são as favelas, onde os preços são mais acessíveis. Acontece então uma natural aproximação com o crime, que se acentua à medida que, com os salários atrasados, há um precoce desmonte da sua vida independente. O Cidadão Acolhedor não tem como pagar o aluguel, as contas e começa a sofrer pressões para a quitação das dívidas. Como de alguma forma ele tem que pagar, muitos perdem sua

⁵³ Entrevistas realizadas no período de 09 a 11 de novembro de 2005 com as cinco Assistentes Sociais terceirizadas que trabalhavam à época no CTPR.

⁵⁴ Em outubro de 2005 o valor era aproximadamente R\$ 400,00.

moradia ou recorrem a pequenos roubos e furtos. Forma-se então um ciclo vicioso de acolhimento, inserção precária no mercado de trabalho e retorno para a rua, o que comprova a fragilidade dessa estratégia de enfrentamento.

CONCLUSÃO

Ao finalizar o percurso de elaboração deste trabalho, faremos algumas considerações pertinentes à continuidade da discussão.

No decorrer dos séculos a Questão Social evoluiu, seus enfrentamentos foram modificados e suas expressões se tornaram mais cruéis. Observamos que as práticas utilizadas para o enfrentamento à pobreza nos primórdios do capitalismo se metamorfoseiam, mas retornam ao mesmo princípio: o do atendimento básico à manutenção da vida para a continuidade no mercado de trabalho.

No Brasil, os ditames do neoliberalismo e subserviência de nossos governantes a eles provocaram um quadro de desigualdade jamais visto, com o desemprego estrutural deixando parte considerável da população em condições de trabalho, fora do mercado. Os reflexos, nós vemos cotidianamente nas ruas, com crianças, adultos e idosos ao léu, com a população açoitada pelo precário acesso aos serviços públicos estatais, com as pírias propostas de políticas sociais que surgem. No âmbito da população de rua não é diferente. Temos hoje propostas retrógradas, que apenas ratificam a discriminação, a exclusão e a condição de pedinte dos usuários.

Em comum nas duas propostas de abrigamento estudadas, percebemos a tentativa de enquadramento do indivíduo ao sistema, a necessidade de higienizar os locais de mobilidade da burguesia, poupando-os da presença dos *pobres coitados*, *maltrapilhos*. Ambas compreendem o problema de forma superficial, acreditando em soluções tão rápidas que, se fossem milagrosas não aconteceriam tão depressa.

A partir das duas experiências vividas nos campos de estágio e dos diversos relatos espontâneos ou durante entrevistas, arriscamos-nos a atestar a falência do modelo de abrigagem utilizado atualmente. Pouquíssimos são os que aceitam a “clausura”, as normas rígidas, os horários imutáveis...

Esse foi apenas um passo para a discussão do tema. Singelo, se comparado ao tamanho do problema que enfrentamos. Esperamos despertar o interesse de outros colegas, pois sem dúvidas o tema não se esgotará enquanto o atual sistema se mantiver vigente, reproduzindo a desigualdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. Dimensões da crise e metamorfose do mundo do trabalho. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 50, 1996.

ASSUNÇÃO, Moacir. Chama Acesa. In: **Problemas Brasileiros**, São Paulo, nº 329 Set/Out, Ano 35. 1998.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre Pobreza, com Ênfase nas Políticas Voltadas para a Redução da Pobreza Urbana**. Relatório N°. 20475 –BR, v. 1, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília: 1993.

BRASIL. **Norma Operacional Básica do SUAS**. Brasília: 2005.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: 2004.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Lógica e Dissonância. Sociedade de Trabalho: lei, disciplina e resistência operária. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 6, nº. 11, p. 7-44, 1986.

COUTINHO, Carlos Nélson. Notas sobre cidadania e modernidade. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 1, nº 1, 1997.

COTRIM, Gilberto. **História Global** – Brasil e Geral. 6ª edição. São Paulo: Saraiva, 2002.

CRESS 7ª Região. **Assistente Social**: ética e direitos. Coletânea de leis e resoluções. 4ª edição. Rio de Janeiro: 2003.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1984.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao Léu**. Trajetórias de Exclusão Social. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista**. As funções da previdência e da assistência sociais. São Paulo: Cortez, 1995.

GENTILLI, Pablo e SILVA, Tomaz Tadeu (Orgs). **Pedagogia da Exclusão**. Petrópolis: Vozes, 1996.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Nova Jersey, EUA: LTC, 1963.

HARVEY, David. **Condição Pós Moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1994.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A Questão Social no Capitalismo. In: **Revista Temporalis**, Brasília, nº 03, 2001

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 10ª edição. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil** – esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 1985.

IANNI, Otávio. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1981.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2004-2005.

INOUE, Mariléia Franco Marinho. **A marginalidade como exigência da acumulação capitalista**; a assimilação do debate teórico pelo Serviço Social. 1990. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LAGO, Luciana Corrêa do. **Desigualdades e segregação na metrópole**: O Rio de Janeiro em tempo de crise. Rio de Janeiro: Revan, s/d.

LEÃO XIII, Papa. **Rerum Novarum**. 1891.

LESBAUPIN, Ivo e MINEIRO, Adhemar. **O desmonte da nação em dados**. Petrópolis: Vozes, 2002.

LESSA, Carlos. **Prefácio: Os ovos da serpente**. In: BURSZTYN, Marcel. No meio da rua: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, Cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**. Novos Estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política – Livro 1. São Paulo: Difel, 1987.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Obras Escolhidas. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

MELLO, João Manoel Cardoso. **O Capitalismo Tardio**. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 10ª Edição. Campinas: UNICAMP, 1998.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Hipóteses Sobre a Nova Exclusão Social**: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. Salvador: 1994.

NETO, João Cabral de Melo. **Morte e Vida Severina**. In: Morte e Vida Severina e outros Poemas. São Paulo: Nova Fronteira, 2006.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “Questão Social”**. In: NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 3ª Edição. São Paulo: Cortez, 1995.

NETTO, José Paulo. **FHC e a política social**: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). O desmonte da nação. Balanço do governo FHC. 3ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1999.

PADILHA, Sylvia. Da "Cidade Velha" à periferia. In: **Revista do Rio de Janeiro**, v. 1, nº. 1, pp. 15-23, 1985.

PASTORINI, Alejandra. Quem mexe os fios das políticas sociais?. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 53, 1997.

PEREIRA, Sonia Gomes. **A reforma urbana de Pereira Passos e a construção da identidade carioca**. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 1992.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação** – As origens da nossa época. Campus, 1980

PORFÍRIO, Mariléa Venâncio, FILHO, Rodrigo de Souza e BACKX Sheila. **Assistência Social**: Contextualização e Legislação. Conselho Municipal de Assistência Social. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2000.

SAES, Décio. **República do Capital**: capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos** – engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade**: estudo sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1993.

YAZBEK, Maria Carmelita. Terceiro setor e despolitização. In: **Revista Inscrita**, nº 6, 2000.

HEMEROGRAFIA

Banco da Providência – www.bancodaprovidencia.org.br

Biblioteca Virtual Oswaldo Cruz – www.prossiga.br/oswaldocruz/

Favela tem memória – www.favelatemmemoria.com.br

Fundação Leão XIII – www.leao.rj.gov.br

Governo do Estado do Rio de Janeiro – www.governo.rj.gov.br

Governo Federal – www.brasil.gov.br

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – www.rio.rj.gov.br

Secretaria de Estado da Família e da Assistência Social – www.assistenciasocial.rj.gov.br

Workhouses – www.workhouses.org.uk

ANEXO 1

AP's e suas respectivas Regiões Administrativas:

AP 1	I RA – Portuária II RA – Centro III RA – Rio Comprido VII RA – São Cristóvão XXI RA – Paqueta XXIII RA – Santa Tereza
AP 2.1	IV RA – Botafogo V RA – Copacabana VI RA – Lagoa XXVIII RA – Rocinha
AP 2.2	VIII RA – Tijuca IX RA – Vila Isabel
AP 3.1	XII RA – Inhaúma XIII RA – Méier XXVIII RA – Jacarezinho XXIX RA – Complexo do Alemão
AP 3.2	X RA – Ramos XI RA – Penha XX RA – Ilha do Governador XXX RA – Maré
AP 3.3	XIV RA – Irajá XV RA – Madureira XXII RA – Anchieta XXV RA – Pavuna
AP 4	XVI RA – Jacarepaguá XXIV RA – Barra da Tijuca XXXIV RA – Cidade de Deus
AP 5.1	XVII RA – Bangu XXXIII RA – Realengo
AP 5.2	XVIII RA – Campo Grande
AP 5.3	XIX RA – Santa Cruz XXVI RA – Guaratiba

ANEXO 2

Roteiro para entrevista com Assistente Social

1. Idade.
2. Ano e instituição de ensino na qual se formou.
3. Antes de ser contratada pela Fundação Leão XII que outra(s) atividade(s) profissional(is) como Assistente Social você exerceu?
4. Atualmente você exerce a profissão de A.S. em outra instituição? Qual?
5. Desde que se formou você exerce ou exerceu alguma atividade remunerada, que não a de A.S., para complementar sua renda?
6. Enquanto A.S. já esteve desempregada? Por quanto tempo?
7. Trabalhar na Fundação Leão XIII como contratada é uma escolha ou é falta de outra opção de inserção no mercado de trabalho?
8. Já se candidatou a vagas de A.S. em concursos públicos? Quais? Está inscrita em algum no momento?
9. Como contratada, como avalia a carga horária que precisa cumprir e a remuneração que recebe?
10. De que forma a precarização das condições de trabalho influencia na sua prática como A.S.?
11. Na sua opinião, que fatores são determinantes para que as relações trabalhistas encontrem-se tão fragilizadas?